



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS XIV
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

CARLEILA DE QUEIROZ MATOS

**A REPRESENTAÇÃO DE PODER DA INSPETORIA NO JOGO
POLÍTICO LOCAL**

CONCEIÇÃO DO COITÉ
2011

CARLEILA DE QUEIROZ MATOS

**A REPRESENTAÇÃO DE PODER DA INSPETORIA NO JOGO
POLÍTICO LOCAL**

Monografia apresentada a Universidade do Estado da Bahia -
Campus XIV como requisito parcial para obtenção do título de
Graduada em Licenciatura em História sob a Orientação do
professor Ms. Eduardo José Santos Borges.

Conceição do Coité
2011

TERMO DE APROVAÇÃO

CARLEILA DE QUEIROZ MATOS

A REPRESENTAÇÃO DE PODER DA INSPETORIA NO JOGO POLÍTICO LOCAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em História, Departamento de Educação – DEDC, Campus XIV – Conceição do Coité, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, pela seguinte banca examinadora:

Conceição do Coité, 29 de setembro de 2011

Banca:

Prof.º Ms. Eduardo José Santos Borges.
Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Orientador)

Prof.º Ms. Carlos José de Almeida Santana
Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Convidado)

Prof.º Esp. Augusto César de Araujo
Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Convidado)

AGRADECIMENTOS

Aos especiais.

Agradeço a Deus a grandeza da vida, por me tornar forte todas as vezes que precisei seguir lutando. “Deus é capaz de trocar reinos por ti, abrir mares para que possas atravessar”. Obrigada pela travessia segura que a mim confiastes.

A minha mãe Maria do Carmo que apesar de suas limitações, externou preocupação e carinho do seu “jeitinho” singular. Momentos de agitações e também de serenidade, coisas de mãe.

Ao meu herói José Matos que sem entender o universo acadêmico, se orgulhou do ingresso de suas duas filhas na universidade.

A minha irmã Mara Gleide, companheira de todas as horas, a qual tenho um apreço maternal, cuja força e persistência me transmitem segurança e paz.

Ao meu amado e amigo, Adones Oliveira, que carinhosamente transmitiu serenidade e calma em noites de mares agitados, incentivando os meus sonhos e entendendo minhas ausências sempre justificadas pelos estudos.

A Jorge Aguiar meu cunhado e amigo que trouxe paz e alegria a nossa família.

As tias M^a Guiomar, Eliete, Edinalva, e Juraci que sempre se alegraram com minhas conquistas.

As primas: Tânia, Geisa, Gil, Suzi, Laíza, Francy, e Julinha obrigada pelo carinho e incentivo á pesquisa.

A minha panela do curso de pedagogia Wialla, Cristiane, Anete, Jadson, Kamila, Cleidivan, que apoiaram a minha decisão e estiveram perto esse tempo todo.

As grandes amizades construídas no campus XIV. Obrigada pelo acolhimento e carinho Jannily, Kécia Dayane, Taimar, Ana Quércia, Girleide, Vera, Renício, e não poderia faltar Batista que tornou as nossas noites mais agradáveis e felizes.

Aos colegas de Serrinha que tornaram a distância entre uma cidade e outra menor com gargalhadas e grandes histórias... Daiane, Kennya, Luíz Eduardo, Candido, Jardan, Diogo e Nuadson..

A Cristian Barreto que em meio à correria do seu dia a dia, carinhosamente se dispôs a ler cada capítulo aqui apresentado, ajudando a amadurecer as discussões.

A companheira Edcarla pelo incentivo e leitura desde a concepção do projeto.

A Maria Madalena pela amizade incondicional, compartilhando momentos de tristezas e vitórias, incentivando o meu crescimento profissional e pessoal.

A Valmar que sempre torceu para que tudo desse certo. E deu Tião.

A Márcio Portugal escrivão da delegacia de polícia de Serrinha, pela dedicação para que encontrasse o Livro de juramento dos inspetores.

As pessoas que prestaram seu depoimento e aqueles que se foram, e mesmo assim estiveram vivos na memória de seus familiares contribuindo para a pesquisa. Maria Guiomar; Joaquim Avelino (In memorian), José Roque, João Moreira (In memorian), Antonio Francisco, José Alves, Rafael Moreira, Zilda, Sr: Flora e Plínio Carneiro.

Aos professores do campus XIV. Iris Verena, Adriana Boudox, Claudia Vasconcelos, Suzana Severs, Aldo Moraes, Rogério Silva, Augusto César. Em especial a Eduardo Borges o qual tenho uma sincera admiração e respeito. Obrigada por orientar este trabalho com paciência e bom humor.

A vocês, amores da minha vida, o meu sorriso, o meu carinho e o meu muito obrigada.

“Em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos.”

Foucault.

RESUMO

O presente trabalho busca pensar as diferentes estruturas de poder que estão postas na sociedade, dando ênfase ao poder representado pelo cargo de Inspetor. Para isto analisamos o cotidiano de alguns sujeitos históricos que estiveram a frente deste cargo entre as décadas de 60 e 70 no município de Serrinha – Bahia. Com a intenção de entender o universo diário desses sujeitos “marginais” procuramos analisar a construção identitária dessas personalidades dentro do seu espaço de convivência e atuação.

PALAVRAS-CHAVE: Poder local, Representação política, Oligarquia.

ABSTRACT

The present work searches to think the different structures of power that are placed in society, emphasizing the represented power by the position of the inspector. For this, we analyze the daily life of some historical subjects that were ahead of this post from the 60's and 70 in the city of Serrinha, Bahia. In an attempt to understand the daily universe of "marginal" individuals, we tried to analyze the identity construction of these personalities within its living space and performance.

KEYWORDS: Local government, Political representation, Oligarchy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1- Serrinha e Subaé: conhecendo os espaços	15
1.1 Espaço Urbano	18
1.2 Espaço Rural	19
CAPÍTULO 2- A inspetoria como engrenagem de um sistema de poder	25
2.1 Discutindo a representação de poder da inspetoria, Serrinha/ Subaé.....	25
2.2 João Moreira Firmo e Antônio Francisco Santiago.....	32
2.3 O prestígio social.....	35
CAPÍTULO 3 – Joaquim Avelino e Plínio Carneiro: Faces distintas de um mesmo poder	40
3.1 As personagens e suas Narrativas.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	54
FONTES	56
ANEXOS	57

INTRODUÇÃO

O cargo de inspetoria instituído em 1827 pela mesma lei que regulamentou as funções dos juízes de paz, representava o poder maior em determinada jurisdição, também conhecido como inspetor de quarteirão¹. Por administrar o seu quarteirão, rua, povoado ou bairro, estes indivíduos vigiavam a vida cotidiana dos seus referidos quarteirões, tendo autoridade para coibir a prática de atos delituosos. Em 1832 com a adoção do Código do Processo Criminal, o posto de inspetor foi redefinido e introduzido nos sistemas de policiamento das cidades Brasileiras². Art. 4º Haverá em cada Distrito um Juiz de Paz, um Escrivão, tantos Inspectores, quantos forem os Quarteirões, e os Oficiais de Justiça, que parecerem necessários.

Respaldados no Código de Processo Criminal (art.12º, § 2º), o inspetor podia efetuar prisão em flagrante na sua jurisdição. Segundo Wellington Barbosa³ também poderiam obrigar o sujeito infrator a assinar termos de bem viver (instrumento de punição para o indivíduo de vida desqualificada)⁴ a todos aqueles que viviam pelas ruas ofendendo os bons costumes e perturbando o sossego público. Em suma, os inspetores eram a primeira instância do policiamento em cada aglomerado urbano, fosse este uma vila ou uma cidade.

São também atribuições dos inspetores segundo a seção 3ª da lei de 29 de Novembro de 1832⁵.

1º Vigiar sobre a prevenção dos crimes, admoestando aos compreendidos no art. 12, § 2º para que se corrijam; e, quando o não façam, dar disso parte circunstanciada aos Juízes de Paz respectivos.

2º Fazer prender os criminosos em flagrante delito, os pronunciados não afiançados, ou os condenados á prisão.

3º Observar, e guardar as ordens, e instruções, que lhes forem dadas pelos Juízes de Paz para o bom desempenho destas suas obrigações.

Embora a lei de 1832 estabeleça para o inspetor funções meramente policiais, é importante perceber que esta autoridade extrapolava os domínios apenas de impor uma ordem

¹ O quarteirão era a menor parte administrativa.

² Ver: VELLASCO, Ivan de Andrade. “Policiais pedestres e inspetores de quarteirão: algumas questões sobre as vicissitudes do policiamento na província de Minas Gerais (1831-50) In: CARVALHO, José Murilo de. (org.) Nação e cidadania no Império: novos horizontes. São Paulo: civilização brasileira, 2007. p.237-265.

³ Doutor em História pela Universidade de Pernambuco, desenvolveu uma parte da sua pesquisa sobre os Inspectores de Quarteirão no Recife.

⁴ MARTINS, Eduardo. Vigiar para Punir: os processos crimes de termos de bem viver. Dissertação (Mestrado em História): Universidade Estadual Paulista, 2003. p.01

⁵ Presidência da Republica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm. Acesso em 16 ago. 2010.

pública. Perpassando essa esfera de poder pelos domínios políticos e de organizações sociais e culturais de uma determinada localidade, visto que estavam ali cotidianamente tendo participação ativa na dinâmica desse lugar.

O inspetor de quarteirão era o agente do corpo policial mais próximo da população, em especial dos seus próprios vizinhos. Além de conhecidos por todas as pessoas das ruas que estavam sob sua responsabilidade, o inspetor devia ser sempre cauteloso e trabalhar pela paz em seu quarteirão.⁶

Logo estamos falando de um sujeito comum, que na convivência diária desempenhava sua relação de poder entre seus iguais, apropriando-se do pensamento de Foucault: [...] “poder este que intervém materialmente, atingindo a realidade do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser concretizado como micro poder ou sub-poder”⁷. Este mesmo autor também usa o termo “poder marginal” para se referir a essas estruturas de poder muito pouco visíveis pela sociedade, que muitas vezes permanecem nos bastidores ajudando a sustentar estruturas “maiores” de poder⁸. Dessa maneira, a figura do inspetor ia muito além de um papel meramente policial, que apenas ajudava a manter a ordem, pois exercia forte influência política na comunidade onde atuava. Além de inspetor, era também o maior representante do seu grupo político no local, mantendo relações de aproximação entre o eleitorado e o poder executivo, já que na maioria das vezes essas pessoas eram chefes políticos do local, e só posteriormente tornar-se iam inspetores de quarteirão.

Os inspetores de quarteirão eram selecionados pelos juízes de paz entre a população dos distritos e, então, propostos à Câmara Municipal, que se encarregava da aprovação de seus nomes [...] Eles deveriam ser escolhidos entre os cidadãos maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever e que gozassem de boa reputação em seus quarteirões.⁹

Cabe ressaltar que Juízes de Paz e Inspetores de quarteirão não são aqui constituídos eletivamente ou via concurso público, mas pertencendo a uma dinâmica de indicação de cargos, assim como o delegado de polícia. Ao passo que segundo Victor Nunes Leal: [...] “durante toda a vigência do estado novo, que nunca puseram em prática seu mecanismo

⁶BASTOS, Fabíola Martins. *Relações Sociais Conflitos e Espaços de Sociabilidade: Formas de convívio no município de Vitória*. Dissertação (Mestrado em História): Universidade Federal do Espírito Santo, 2009. p.126.

⁷FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 12

⁸Id., 1979.

⁹SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a Liturgia e o Salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)* (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, 2003. p.152.

representativo, os Juizes de paz foram livre nomeação do governo do Estado”¹⁰ que junto a esfera municipal também indicava o delegado de policia e o inspetor de quarteirão.

Dessa maneira a escolha deste representante (o inspetor) estava intimamente ligada a uma figura política, o que comprova a relação intrínseca entre um poder e outro.

No caso de Serrinha segundo depoimentos orais, para nomear o delegado de policia, e posteriormente este indicar o inspetor de uma determinada região dever-se-ia ter “moral”¹¹ com o governo do Estado da Bahia, e através dessa “moral” o político nomeava os seus representantes da justiça na sede (delegado de polícia, e inspetores de quarteirão) os inspetores escolhidos na maioria das vezes já desempenhavam a função de chefes políticos das autoridades que os nomeava, esta atribuição seria mais uma forma de legitimar sua influência em tal localidade.

É importante destacar que esses inspetores na maioria das vezes gozavam de uma boa reputação, tendo o prestígio das pessoas as quais conviviam, o que nos permite afirmar que esses sujeitos eram uma “autoridade na porta das casas”.¹² Ou seja, também pertenciam àquele grupo social, estavam ali presentes no cotidiano das pessoas. Assim, as personagens escolhidas e inseridas neste trabalho representavam o poder maior no seu espaço de convivência. Desta forma, buscamos entender a representação de poder desses sujeitos “anônimos” para a dinâmica do jogo político local, enfatizando sua importância para consolidar a complexa estrutura hegemônica da política serrinhense.

Das inúmeras formas do caminhar metodológico optamos nessa pesquisa por construir nosso universo a partir das fontes orais – participação dos sujeitos inspetores e seus familiares. Fizemos uso também de documentação escrita e imagética, doadas por familiares envolvidos na execução da pesquisa, assim como o livro de inspetor de quarteirão encontrado na delegacia de polícia de Serrinha. As pesquisas de Wellington em Recife; Ivan Vellasco em Minas Gerais e Fabíola Bastos no Município de Vitória, as quais tive acesso, percebem o inspetor como figura meramente policial, que se somava ao aparato policial do Brasil Império. No trabalho que segue veremos que apesar da influência policial, a inspetoria em Serrinha atuou como força política intrinsecamente ligada ao grupo político dominante.

Valendo-se das análises de José Carlos Sebe Meihy em sua obra Manual de História Oral, sobre as possibilidades de se trabalhar com a história oral, e do livro organizado pelas

¹⁰ LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.1997. p. 230.

¹¹ Segundo fontes orais, depoimento de uma das maiores forças políticas de Serrinha da época.

¹² SILVA, Wellington Barbosa da. Entre a Liturgia e o Salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850) (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, 2003. p.29

autoras: Janaína Amado e Marieta de Moraes¹³ nos dispomos a trabalhar as narrativas das personagens envolvidas na pesquisa. Registrando tais memórias por meio da gravação de depoimentos e posterior transcrição.

Meihy chama atenção para o trabalho com fontes orais, segundo o autor, é necessário fazer uma distinção entre: Oralidade e fonte oral:

A oralidade é uma manifestação espontânea sem intenção de registro enquanto, a fonte oral só é fonte porque foi registrada mecanicamente com intenção de registro. A oralidade pode tornar-se fonte desde que seja materializada em gravações e usada intencionalmente.¹⁴

Partindo de tal pressuposto os registros expostos neste trabalho, foram gravados intencionalmente, e usados como recurso documental com o objetivo de enriquecer a pesquisa, uma vez que a voz desses atores sociais é indispensável em um trabalho que se dispõe a discutir a relação de poder desses sujeitos.

Cada fonte mencionada necessitou atenção específica: os depoimentos aqui expostos foram gravados em áudio e vídeo transcritos e arquivados para a partir desse processo utilizar o “corpus documental na pesquisa”¹⁵. O título de inspetor e o livro de juramento possibilitaram o cruzamento de informações com os depoimentos, abrindo o horizonte da pesquisa junto as fontes bibliográficas que mostraram possibilidades no desenvolver do trabalho. As fotografias permitiram visualizar o universo dos sujeitos pesquisados reconstruindo trajetórias e modos de convivência.

Na pesquisa a história política e cultural caminharam de mãos dadas, pois ao investigar o cargo de inspetoria como um desdobramento da política local, foi possível analisar a vida cotidiana dessas pessoas, notando os diferentes espaços e diferentes representações exercidas por essas figuras. O que nos leva a crer, que o ser político é também cultural e tece suas estratégias transitando entre um ambiente e outro. Assim, segundo Chartier: “a história cultural [...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”¹⁶.

A historiografia normalmente ao tratar a política, restringia essa categoria à análise exclusiva do sujeito histórico seja o indivíduo seja a instituição. “No século XIX, poder é

¹³ AMADO Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

¹⁴ MEIHY, José Carlos Sebe. Manual de História Oral. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005. p.20-21

¹⁵ Id. , 2005, p.107.

¹⁶ CHARTIER, Roger. A historia cultural. Entre práticas e Representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990. p. 16-17.

sempre poder do Estado- instituição, aparelho, dirigente; os “acontecimentos” são sempre eventos políticos, pois são estes os temas nobres e dignos da atenção dos historiadores”.¹⁷ As fortes críticas feitas pelos annales à história política tradicional, mostrou novas perspectivas historiográficas de reflexão. As novas tendências- marxismo, estruturalismo, weberianas fizeram oposição a história política tradicional, para tais correntes “não existe mais a história, a grande história, mas somente múltiplas histórias”¹⁸. Os grandes fatos históricos e as figuras heróicas perdem espaço para a construção de uma história do cotidiano, contada pelos próprios sujeitos envolvidos no processo.

Partindo dessas teorias norteadoras, a pesquisa procurou contribuir com a reconstrução de memórias, dando visibilidade às estratégias de poder local, objetivando provocar mais discussões no campo da nova história política e cultural.

Foi pensando na força dos pequenos poderes que vislumbrei a figura do inspetor de quarteirão no espaço rural, desfrutando de autoridade máxima e respeitada, com o aval do delegado de polícia da cidade de Serrinha para resolver os mais inusitados conflitos.

Vejamos como está estruturada a pesquisa:

O **CAPÍTULO 1- Serrinha e Subaé: conhecendo os espaços.** Tem o propósito de situar o leitor no ambiente onde se passa a pesquisa, apresentando a localização geográfica de ambos e também um pouco da estrutura política, econômica e social de Subaé e Serrinha.

O **CAPÍTULO 2- A Inspetoria como engrenagem de um sistema de poder.** Discutimos a nomeação da inspetoria e suas reais intenções. Evidenciando a importância da função desempenhada pela figura do inspetor, como desdobramento necessário à manutenção da política local. Os sujeitos inspetores através do seu poder na localidade de Subaé além de manter a ordem, conseguem privilegiar determinado candidato.

O **CAPÍTULO 3- Joaquim Avelino e Plínio Carneiro: Faces distintas de um mesmo poder.** Construimos o diálogo através das narrativas de dois personagens: Joaquim Avelino de Q. Filho e Plínio Carneiro da Silva; o primeiro, inspetor de quarteirão em Subaé na década de 70, o segundo, liderança política da família Carneiro, que fez a nomeação de Joaquim para a inspetoria. Tais personagens tecem estratégias políticas que validam a manutenção da família Carneiro na política local demonstrando inclusive laços de gratidão.

¹⁷ FALCON, Francisco. Historia e Poder. In:-FLAMARION, Ciro; VANINFAS, Ronaldo (orgs) Domínios da Historia. Rio de Janeiro Campinas, 1997. p. 65.

¹⁸ Id. , 1997, p. 74

CAPÍTULO 1

SERRINHA E SUBAÉ: CONHECENDO OS ESPAÇOS.

O lugar é a nossa referência territorial para que possamos, com a segurança provocada pela familiaridade, autenticidade e identidade ali presentes, apreender o espaço global diverso, complexo e confuso, exercendo assim a liberdade de poder gerir o seu destino e o seu espaço¹⁹

Discutir o espaço na pesquisa perpassa por algumas variantes. Inicialmente é preciso pensar o urbano e o rural aqui explorados. O meio urbano povoado por políticos influentes e delegados de polícia que constituíam a elite local em Serrinha. Famílias que perpetuavam o seu sobrenome na política serrinhense. A ascensão social quase sempre através da carreira política, que com grande zelo era gestada no núcleo familiar obedecendo a ordens hereditárias de sucessão.

O espaço urbano em Serrinha entre as décadas de 70 e 80 se constituía enquanto centro comercial e político, ainda com aspectos tímidos de urbanização, o comércio foi se expandindo e junto a ele o progresso da região. O processo de urbanização na cidade, segundo Tasso Franco²⁰ data do período da inauguração ferroviária 1880, a partir disso novas concepções de trabalho e diferente infraestrutura foi pensada para o município.

A ferrovia proporcionou um novo dinamismo ao comércio e agricultura regionais, abriu uma frente de negócios com Alagoinhas e Salvador, especialmente na comercialização com peles, couros, fumo, cereais, produtos que constavam na pauta de exportação da Bahia. Ademais, introduziu uma nova cultura na localidade na medida em que chegaram famílias de outras regiões do país para morar na vila. Era como se a localidade estivesse se abrindo para o mundo.²¹

A chegada da ferrovia em Serrinha inaugura uma nova era na região, permitindo o progresso do comércio e da infraestrutura local, tais processos impulsionam o desenvolvimento urbano do lugar.

No entanto o urbano em Serrinha ainda vive uma fase de transição, onde características do mundo rural ainda são presentes no espaço citadino. Assim torna-se difícil

¹⁹ SOUZA, Hamilton Ribeiro. O Povo e o Poder: a partilha do poder local e o desenvolvimento de Castro Alves-BA. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional): Universidade do Estado da Bahia, campus V, Santo Antonio de Jesus, 2008 p.27.

²⁰ Vê: FRANCO, Tasso Paes. Serrinha, a colonização Portuguesa numa Cidade do Sertão da Bahia. 2ª ed. Salvador: ojubiabá, 2008. p.118.

²¹ Id. , 2008, p. 119

dissociar tais espaços, mesmo porque Serrinha pertence a uma dinâmica de cidade interiorana. Valendo-nos de algumas reflexões feitas por Durval Muniz em sua obra *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*, não temos o propósito de diminuir ou estereotipar a imagem de Serrinha quando nos referimos a uma cidade interiorana, a discussão aqui proposta é perceber a contribuição dos espaços na manutenção da ordem política na região. Destrinchando suas peculiaridades e entendendo estratégias de convivências e socialização. O urbano se caracteriza nesse aspecto como pólo agregador de forças emergentes da política serrinhense que junto ao poder policial formavam suas redes de mando.

Em meio a essas perspectivas o urbano vai se delineando enquanto sede política de estruturas oligárquicas. A gestão do espaço em Serrinha vai se configurar sob a égide da elite local. Tal espaço pertence à dinâmica cotidiana desses sujeitos nascidos nesse ambiente que lhes é familiar.

Voltando a discussão referente ao status de cidade interiorana, Durval Muniz discute a imagem perpetuada pela mídia: “As cidades nordestinas quando tematizadas, parecem ter parado no período colonial, são abordadas como cidades folclóricas, alegres, cheias de luz e arquitetura barroca”.²² [...] “O nordeste é, pois visto como o palco das crenças onde se busca a evasão da sociedade moderna, vista como sociedade pecaminosa”.²³

Durval faz uma reflexão sobre o modo como as cidades nordestinas vão sendo introduzidas no imaginário do resto do país como um lugar atrasado inculto desprovido de civilização. Serrinha enquanto cidade do sertão nordestino não foge a esses estereótipos, no entanto, é preciso rever o que a visão tradicional concebe como “atraso e ou civilização”, à medida que essas dicotomias vão se solidificando em práticas preconceituosas cotidianas.

Assim decidimos pensar o espaço rural e urbano como um desdobramento da construção de identidades comuns que se sobrepõem dentro dos seus espaços de convivência. Se o espaço urbano em Serrinha se constituiu como núcleo de poder da elite local, o espaço rural incentivou tal consolidação. As organizações sociais partiram de lideranças de grupo também conhecidos como lideranças locais, sujeitos que construíram sua identidade convivendo com os problemas comunitários. A “elite rural” em Subaé não foi de grandes fazendeiros e ou políticos candidatos a cargos eletivos, e sim de pessoas simples, lavradores, aposentados rurais que tiveram representação política e influenciaram fortemente as estruturas políticas da região. O chefe, o líder, o inspetor de quarteirão pertenceram a esse panorama

²² ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de: *A Invenção do nordeste e outras artes*: São Paulo: Cortez, 2009. p 121.

²³ Id. , 2009, p.142

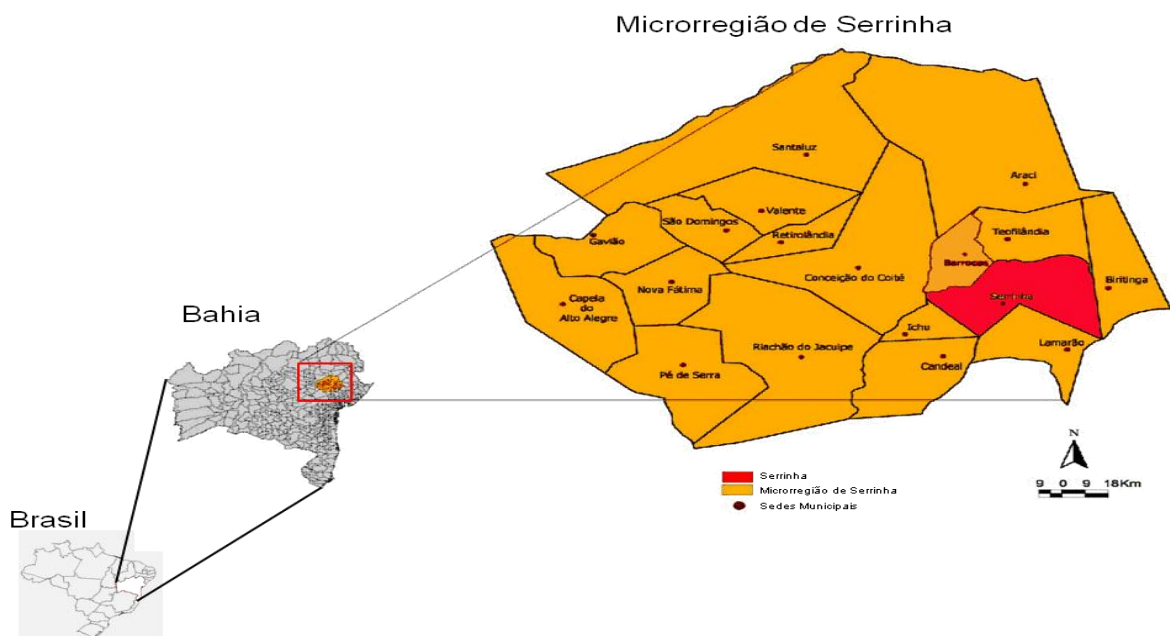
rural, um espaço que lhes era singular. A terra, as relações familiares fizeram parte desta identidade. O rural enquanto espaço dinâmico instituiu diferentes formas de representação de poder, a começar pelo sentimento de pertencimento.

O local não pode ser entendido apenas como espaço físico, pois que o aspecto social também necessita ser situado. O espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode saber como o espaço é concebido. Pode-se dizer que o espaço não existe como dimensão social independente e individualizada estando sempre misturado, interligado embebido em outros valores que servem para a orientação geral.²⁴

O urbano e o rural não eram pólos opostos, completamente distantes, pelo contrário eles tinham o poder de complementar suas relações apesar da distância estrutural, Serrinha tinha Subaé como reduto eleitoral de grande valia, logo o rural não estava subordinado ao mundo urbano, mas numa situação de dependência recíproca.

Ainda numa perspectiva de conhecer os espaços da pesquisa, tivemos o cuidado de situar geograficamente o leitor trazendo também aspectos econômicos sociais e políticos dos dois espaços evidenciados, na tentativa de contribuir para uma compreensão melhor da discussão proposta na pesquisa.

MAPA: Localização de Serrinha/BA



Fonte: OLIVEIRA, Marcos de Queiroz, 2009
Elaboração: Hercules de Oliveira Ferreira
Adaptação: Maria Madalena Mota de Araujo.

²⁴ MOÁS, Luciane da Costa. Cidadania e Poder Local. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002, p.38

1.1 O Espaço Urbano

Geograficamente o Município de Serrinha destaca-se, como um entroncamento rodoviário, ligando os municípios limítrofes à capital. Situada no nordeste baiano cerca de 170 km da capital- Salvador, está subdividida em trinta bairros e setenta e oito povoados, o que permite perceber que é uma cidade ainda com ares rurais. É importante destacar que os inspetores relatados neste trabalho pertencem especificamente aos espaços rurais do município, ou seja aos povoados, com destaque para o povoado de Subaé.

Segundo Tasso Franco a fazenda Serrinha surge:

Quando os colonizadores portugueses e seus descendentes abriram a estrada das boiadas, ligando a capital da colônia ao alto Sertão do São Francisco até o Piauí e surgiu a fazenda Serrinha na capitania da Bahia, como local de criação de gado e rancho para descanso de homens e animais. Com o passar dos anos tornou-se centro comercial e agropecuário, recebendo foros de cidade por ato assinado pelo governador José Gonçalves da Silva, em 13 de Junho de 1876, constituindo-se um município e desmembrando-se de purificação dos Campos (Irará).²⁵

Os primeiros habitantes da cidade foram Bernardo da Silva²⁶ e seus descendentes, um português que teria abandonado Portugal para viver em terras brasileiras, segundo informações de Franco, Bernardo da Silva teria comprado terras em 1723 da Senhora Joana da Silva Guedes de Brito, construiu casa de moradia, ergueu uma capela em louvor a Nossa Senhora Santana (hoje padroeira da cidade), e assim o sítio Serrinha foi se desenvolvendo.

No início de sua expansão Serrinha tinha como base econômica a agricultura de subsistência e a criação de gado, com esta a figura do vaqueiro se intensificava cada vez mais neste mercado pecuário, posteriormente originando a maior festa da cidade – a vaquejada de Serrinha tradicionalmente comemorada no primeiro final de semana do mês de Setembro. O comércio interno se intensifica bastante nesse período.

Percebemos na leitura da obra de Tasso Franco sobre a cidade de Serrinha, que os filhos da classe média estudavam na capital, posteriormente voltavam com diploma de médico ou advogado para atuar em sua cidade natal, e o melhor caminho para uma carreira promissora era enveredar pela política, já ocupada por seus familiares. As sucessões hereditárias eram um processo natural, os grupos políticos que dominavam a cidade tinham

²⁵ FRANCO, Tasso Paes. Serrinha, a colonização Portuguesa numa Cidade do Sertão da Bahia. 2ª ed. Salvador: ojubiabá, 2008. p.15.

²⁶ Id. , 2008, p. 16.

um sobrenome, e mesmo com a “perda” do executivo em algum momento, esta estrutura política permanecia em outras instâncias, sem jamais quebrar o vínculo familiar.

1.2 O Espaço Rural

Localizado a 18 km de Serrinha, com acesso pela BA- 409 sentido Conceição do Coité, o povoado de Subaé, desponta como uma comunidade envolvida nos movimentos sociais, com organizações sindicais e representantes políticos natos, que de certa maneira contribuíram na consolidação de uma imagem de população ativa envolvida nas questões políticas e sociais do seu lugar.

Segundo Fontes orais²⁷, o vilarejo surgiu com a chegada de Manoel Alves descendente de Holandês que constituiu família nessas terras. Tais memórias narram as grandes conquistas do lugar: primeiro a escola, a construção da igreja, o advento da água e da energia elétrica e seus primeiros moradores. Devido à ausência de registros escritos “oficiais” que nos permitam uma reconstituição mais relevante do processo histórico de formação do Subaé, recorreremos aos elementos da linguagem popular, cujo discurso nos possibilitou identificar tal processo. Para tanto, fizemos uso dos versos cantados por José Alves Santiago que os declamava em tempos de reza de leilão na comunidade.²⁸

Senhores cheguei agora
com coragem e muita fé
para falar a verdade
botar o ponto no é,
sem mentira e sem bondade
vou falar pra mocidade
quem já foi o Subaé.

Aqui era uma caatinga
que ninguém dava valor
sem ter roça nem estrada,
muito pior morador
o tempo foi se passando
e o povo foi perguntando
como o Subaé se criou.

Este Subaé querido
que o povo quer saber
como ele foi nascido

²⁷ Sr Rafael Moreira e Sr José Alves Santiago, pessoas antigas do lugar que se dispõem a contar tais casos.

²⁸ A comunidade doava os mais variados elementos e estes iam a leilão, em benefício da igreja e ou de algum necessitado da comunidade.

eu posso agora escrever
 todo nome dos mais velhos
 que fez o Subaé crescer.

Primeiro foi Manoel Alves
 segundo Zé Mariano
 terceiro veio Bitu
 cada um trouxe um só plano
 todos conseguiu família
 e o Subaé foi começando.

A família dos bitus
 foi quem mais deu andamento
 porque somente o velho Zú
 conseguiu 3 casamentos
 arrumou 40 filhos
 o Subaé foi crescendo.

E depois de muito tempo
 todo mundo já criado
 junto de outras famílias
 que também teve resultado
 e na força do amor
 todo mundo se casou
 e formou nosso povoado.

Depois de todos casados
 aumentou a união
 construiu a nossa igreja
 pra se fazer oração
 depois veio o ginásio
 na parte da educação.

Assim me sinto feliz
 aquém não nos falta nada
 tem além o cemitério
 a nossa última morada
 a luz não falta um só momento
 e para saúde da gente
 já temos água encanada

Com tanta graça alcançada
 eu vou pedi ao povo
 que não seja irresponsável
 tanto o velho como o novo
 ninguém pode esquecer
 do nosso pai poderoso.

Como vemos, trata-se de uma verdadeira saga a formação do Subaé. Partindo de três famílias típicas de uma constituição em bases gentílicas. Subaé se impõe á medida em que estes grupos familiares se ampliam e interagem com imigrantes. Os personagens citados nos versos Zé Mariano e Bitu este último filho de Manoel Alves se configuram na história do

povoado como as primeiras famílias nascidas em solo subaeense. Pertence a descendência de Bitu o sobrenome Santiago e as de Zé Mariano os Pinheiros. A ideia transparecida nos versos é a de um tronco familiar bastante semelhante, assim o Subaé se constituiu com laços de consanguinidade. Muito comum se dizer na região que a população de Subaé tem traços parecidos a começar pela cor da pele. “No distrito do Subaé habita uma grande quantidade de louros, tratados por galegos ou gasos. As meninas de Subaé são conhecidas por lindos olhos”²⁹. A referência descrita por Franco se justifica a partir da formação da população subaeense, os primeiros habitantes descritos no verso tinham características caucasiana, o que refletiu na predominância de uma população branca.

A igreja e o ginásio, com destaque nos versos acima, constituíam-se como o maior bem da comunidade. A religião católica foi a primeira a se fixar no povoado e até os dias atuais não existe nenhum outro templo religioso na comunidade, mesmo aqueles que não frequentam as celebrações diárias se dizem católicos. A igreja e a escola se destacam como verdadeiros patrimônios do lugar, a comunidade cresce nos arredores dessas instituições. Como nos versos, há uma preocupação visível em mencionar a igreja e a escola como pontos de referência desse espaço rural.

O envolvimento da comunidade com questões políticas, sempre foram constantes. Inicialmente com alguma liderança comunitária que logo se tornava o chefe político monitorado por algum político da cidade de Serrinha, tal representação torna-se mais tarde no inspetor de quarteirão.

As associações também desempenharam papel importante na comunidade, além do conselho comunitário criado para resolver determinados problemas da comunidade (com representações das diversas instâncias do lugar, professores, pais, alunos liderança religiosa e política), o sindicato dos trabalhadores rurais e agricultores familiares de Serrinha/BA fundado em 1968, foi presidido de 1991 a 1994 por Maria Zilda Oliveira Ferreira, liderança sindical natural de Subaé, também força significativa do Partido dos Trabalhadores na região. Esse projeto passa a funcionar em 1988 na comunidade de Subaé, e no ano de 2006 a delegacia sindical do povoado tem sua cede própria, salão que serve para reuniões e confraternizações da comunidade.

²⁹ FRANCO, Tasso Paes. Serrinha, a colonização Portuguesa numa Cidade do Sertão da Bahia. 2ª ed. Salvador: Ojubiabá, 2008, p. 169.

Nesta associação sindical há 257³⁰ sócios. Tais filiações são também de pessoas que moram nos povoados vizinhos: Boa Vista I, Boa Vista II, Trocado, Mato Grosso, Mato Fino e Malhada do Alto, além de sócios da própria localidade. Esta sede aproximou as comunidades facilitando as negociações dos pequenos agricultores na própria zona rural, tornando-se desnecessário o deslocamento para a zona urbana de Serrinha.

A renda da comunidade versa entre a agricultura familiar, a aposentadoria previdenciária e o emprego efetivo via concurso público, onde atualmente a maioria dos funcionários da Escola Jonice Silva Lima, localizada na praça do povoado são moradores da comunidade. Motivo de orgulho para essas pessoas que não precisaram deixar sua terra em busca de emprego. Nestas perspectivas, Subaé é conhecido também como um lugar emancipado³¹, do ponto de vista cultural e político onde as pessoas não “pararam no tempo” junto a falta de políticas públicas que até o momento não chegou a região.

Tal emancipação se deve as pessoas que cresceram na luta diária por dias melhores, buscando mais qualidade de vida para sua família, inseridos em movimentos sociais, e ou traçando estratégias de convivência e objetivo de vida.

A educação tem desempenhado um papel importante em tal processo, muitos jovens optam pela inserção nas universidades. E apesar desse aspecto ser reconhecido pelos poderes públicos do município, não há incentivos ou investimentos para o progresso do lugar. O poder político sempre esteve presente no cotidiano das pessoas, assim é comum dizer que a política é um dos seguimentos da organização social de uma sociedade, bairro ou comunidade.

A distância do povoado de Subaé, e as precárias condições das estradas dificultavam o acesso à comunidade. Logo, os recursos financeiros advindos principalmente de práticas políticas assistencialistas, ou a visita de alguns representantes políticos (prefeito, vereador) só se tornava comum, quando o chefe político local, os comunicava de alguns problemas, dentre estes, rivalidades políticas entre famílias, rixas políticas que ofendiam os políticos, projetos que deveriam ser de benefício comum, mas que acabava beneficiando apenas uma ínfima parte da comunidade como, por exemplo, a construção de açudes nas terras de uma família que apoiava o grupo político em gestão, e não permitia que eleitores da oposição usufruíssem deste bem. Assim, o cargo de inspetor de quarteirão servia para resolver na comunidade tais problemas, e só levar o caso para uma instância maior (delegado de polícia ou prefeito) se este não fosse solucionado.

³⁰ Registros da delegacia sindical de Subaé cedidos em 30/10/10 por Marinalva Cordeiro Moreira tesoureira do estabelecimento.

³¹ Entenda-se emancipado aqui, como uma região para além daquilo que lhe é ofertado, onde o descaso e o esquecimento das políticas públicas não levaram a população à inércia.

Foi necessário pensar esses dois espaços na pesquisa porque os sujeitos envolvidos pertencem a esses lugares distintos. O que identifica os diferentes atores sociais, está também atrelado a sua vivência de mundo, aos espaços sociais que transitam e contribuem significativamente para a maneira como conduzem suas ideologias suas relações sociais. Serrinha e Subaé estão aqui colocados como centros identitários da dinâmica de poder, traçada e ou construída por personalidades que lideraram uma mesma estrutura de poder em ambientes diferentes. Será possível perceber no decorrer da discussão que o cargo de inspetor assume o papel de mola propulsora na consolidação de determinada oligarquia serrinhense³².

Hamilton Ribeiro em sua dissertação discute a importância do espaço de convivência dos sujeitos enquanto atores sociais:

A identidade com o lugar é formada através de processos históricos, políticos, sociais e culturais que fazem o indivíduo perceber que apesar das diferenças, das contradições e das divergências existentes na comunidade local, há afinidades e semelhanças de ideias e valores que contribuem para formação de um sentimento de pertencimento e de comprometimento com o lugar.³³

A partir da década de 70 a relação e conceito entre campo/cidade, rural/urbano e mais recentemente ruralidades e urbanidades³⁴ ganham o centro do debate das ciências humanas que vêm sendo renovada e intensamente reavaliado por pesquisadores. Na atualidade essas realidades têm passado por intensas transformações, as quais têm refletido de forma direta na produção do espaço e redefinição das relações. No entanto, no decorrer da pesquisa principalmente ao trabalhar com os depoimentos orais, notamos que o rural e o urbano transitam, mas não se aproximam, há aqui um distanciamento não só estrutural, mas que envolve estereótipos que relacionavam o campo ao lugar atrasado, que pouco tinha a oferecer.

Esse pensamento retrógrado tem perdido espaço nas discussões acadêmicas, pois são muitos os trabalhos que despontam na contemporaneidade enfatizando o espaço rural enquanto um ambiente singular, autêntico e com características próprias de sobrevivência. Assim, não temos o propósito de engrandecer um ambiente em detrimento do outro, até

³² Vê Capítulo 2. A Inspeção como engrenagem de um sistema de poder.

³³ SOUZA, Hamilton Ribeiro. O Povo e o Poder: a partilha do poder local e o desenvolvimento de Castro Alves-BA. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional): Universidade do Estado da Bahia, campus V, Santo Antonio de Jesus, 2008 p.134.

³⁴ Vê CANDIOTTO, Luciano Zantti Pessoa; CORRÊA, Valquiria Kruger. Ruralidades, Urbanidades e a Tecnização do Rural no Contexto do debate Cidade e Campo. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.3, n 5, p214-242, fev.2008.

porque o nosso espaço de convivência fala muito sobre o que somos, e esse sentimento de pertencimento norteia nossas práticas sociais.

Nessa perspectiva foi necessário apresentar o cenário dos sujeitos da pesquisa, para a partir disso construirmos um diálogo reflexivo sobre a legitimação do poder dessas figuras em seus referidos espaços.

O rural é o ambiente onde o inspetor está inserido, ali ele construiu sua identidade, conhece os habitantes do lugar, lida com as atividades do campo. O urbano é o espaço habitado pelo candidato político, acostumado à vida na cidade, conhece a estrutura econômica social e política da região, sabe como funciona cada órgão público vivência experiências comuns a seu meio. Assim, apesar dos sujeitos aqui expostos vivenciarem espaços diferenciados, as manobras e estratégias para a consolidação do poder político no município de Serrinha percorreram esses diferentes ambientes. O rural e o urbano participaram de tal cenário como colaboradores imprescindíveis na construção identitária desses sujeitos.

CAPÍTULO 2

A INSPETORIA COMO ENGRENAGEM DE UM SISTEMA DE PODER.

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfiguradas o campo das posições sociais.³⁵

2.1 Discutindo a representação de poder da inspetoria, Serrinha/Subaé.

Identificar as formas de poder que constituíram o cargo de inspetoria em Serrinha é também perceber as manobras que perpassavam ambientes sociais e políticos do município no período estudado. Em vista disso, é necessário analisar a importância das práticas e representações ancoradas na figura do inspetor enquanto sustentação para a ampliação da hegemonia de um único grupo político. Desta forma, o poder marginal³⁶ já mencionado por Foucault, sobrevivia nos mais ínfimos lugares, consolidando outras representações de poder.

Como assinalou Roberto Machado³⁷ na apresentação do Livro *Microfísica do poder*. “Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e como tal construída historicamente”. Tal processo é formado a partir de individualidades, que tornam cada representação única, legitimando autonomia nos mais diferentes espaços de convivência. O que para Hamilton Ribeiro:³⁸ “As relações de poder, bem como a sua partilha, não são fáceis, principalmente num país com um histórico de apropriação do Estado cultural patrimonialista, de autoritarismo e de centralização política”.³⁹

A autoridade concedida pelo chefe local ao inspetor, não extrapolava a sua tutela. Se houvesse algum aborrecimento, principalmente gerando intriga entre seus eleitores, o inspetor recebia reclamações do seu “superior”, podendo até sair do cargo. Essa destituição também poderia acontecer por motivos políticos – mudança de governo.

³⁵ BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 11

³⁶ Ver: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

³⁷ Id. , 1979, p. 10.

³⁸ SOUZA, Hamilton Ribeiro. *O Povo e o Poder: a partilha do poder local e o desenvolvimento de Castro Alves-BA*. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional): Universidade do Estado da Bahia, campus V, Santo Antonio de Jesus, 2008 p.104.

³⁹ Ver: também: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

A autoridade do inspetor se configurava no âmbito local. As famílias daquela comunidade/ quarteirão, o reconheciam como representação de poder na Zona rural.

Vejamos as diversas faces do poder da inspetoria.

- Poder Policial - era conferido ao inspetor, a autoridade de prender indivíduos que cometessem atos delituosos. Encaminhando o sujeito para delegacia de polícia, localizada na zona urbana do município.

- Poder Político - antes de qualquer função, desempenhava o papel de chefe político de um determinado grupo dentro da sua comunidade. Angariando eleitores, fazendo pequenos favores individuais.

- Poder Comunitário - destacava-se geralmente enquanto grande liderança, envolvendo-se nas questões educacionais e religiosas.

- Poder de coerção - intimidava as outras pessoas simplesmente pelo título de inspetor; em geral recebiam como arma, o facão de cruzeta⁴⁰ evidenciado na pesquisa.

- Poder familiar - aqueles que pertenciam ao mesmo grupo familiar do inspetor permaneciam fiéis à política partidária desempenhada por ele. A política hereditária fazia parte do cotidiano dessas figuras. Inclusive Maria Guiomar, filha do inspetor Avelino, colaboradora da pesquisa, é partidária ainda hoje do grupo político que o seu pai apoiava na década de 70.

- Poder de Barganha - as relações favoritistas tinham como principal elo o inspetor, fazendo a intermediação entre o político e o eleitor. O peixe da semana santa, a indicação da professora para a escola da comunidade, a construção de açudes em determinado lugar, faziam parte do dia a dia do inspetor que criava sempre alternativas de dependência entre o povo e o seu candidato preferido.

Para José Murilo de Carvalho:

A ação coercitiva do governo central, de um modo ou de outro, podia estender-se até o quarteirão, que era a menor divisão judiciária, correspondente a um conjunto mínimo de 25 casas. Recorde-se que isso se tornou possível após a famosa- segundo os liberais famigerada- lei de 3 de dezembro de 1841, que reformou o Código de Processo Criminal de 1832. A lei [...] foi a retirada da maior parte dos poderes do juiz de paz eleito e passá-lo para os delegados e subdelegados, criados pela reforma, tinham poder para dar buscas, prender, formar culpa, pronunciar e conceder fiança.⁴¹

⁴⁰ Vê: foto do facão de cruzeta em anexo.

⁴¹ CARVALHO, José Murilo de. A burocracia vocação de todos. In: A construção da Ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2007.p.152.

Esses poderes conferidos aos delegados e subdelegados, teceram as relações de dependência entre o chefe político do lugar que indicava o delegado de polícia, e posteriormente o inspetor de quartirão. A principal intenção desta interdependência entre um poder e outro, perpassava também por dificuldades espaciais evidenciado por José Murilo:

A incapacidade do Estado brasileiro em chegar à periferia é bem ilustrada pelos compromissos que se via forçado a fazer com os poderes locais. No Brasil, como nos exemplos históricos discutidos por Weber, o patrimonialismo combinava-se com tipos de administração chamadas litúrgicas. Na ausência de suficiente capacidade controladora própria, os governos recorriam ao serviço gratuito de indivíduos ou grupos, em geral proprietários rurais, em troca da confirmação ou concessão de privilégios⁴².

A relação direta dos grupos governistas com o mandatário do interior do município favorecia as alianças políticas formando verdadeiros laços de compadrio que se confirmavam nas urnas eleitorais. O inspetor era o meio, mais fácil e eficaz do candidato chegar ao eleitor; fazendo papel intermediário, mantendo relações de dependência. As forças políticas o impulsionava a agir de acordo com os interesses de uma elite local.

Dentre as discussões sobre as inúmeras formas de expressão da palavra poder, Michel Foucault⁴³ evidencia os diferentes espaços constituídos pelas estruturas de poder, para ele não há uma hierarquia de poderes que vão se sobrepondo a outros, o que existe são diferentes formas e espaços para expressá-lo.

A representação de poder da inspetoria estava nas relações cotidianas vivenciadas por pessoas comuns de grande valia na estrutura do jogo político local. Desta forma, ao analisarmos as trajetórias dos inspetores, montamos um enorme quebra cabeça sobre as bases políticas que se assentavam na elite local de Serrinha entre as décadas de 60 e 70.

Ainda segundo Foucault: “O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que, ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, introduz ao prazer, forma saber, produz discurso”⁴⁴. Os discursos se materializam em práticas de propagação de determinada ideologia, e não há por que negar, que temos aí outra maneira de pensar o poder. A oratória e ou poder carismático são indispensáveis na interação com as pessoas. A própria escolha dos inspetores perpassava por esse ideal, a postura e o modo como se comportavam na comunidade.

⁴² Id. , 2007, p. 158.

⁴³ Vê: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. *Verdade e Poder In: Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.p.8

“No interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominados estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas sem por isso se constituírem necessariamente enquanto grupos antagônicos.⁴⁵ A proposta evidenciada por Bourdieu dá margem à seguinte reflexão: não há sistemas de poderes superiores ou inferiores. Há várias maneiras de representação de poder, em cada organização, criam-se suas especificidades, e não necessariamente essas estruturas estão sobrepostas.

No diálogo que travamos para explicar o sentido da palavra poder, percebemos que existem diversas manifestações. Torna-se necessário, especificar e ou delimitar qual o sentido da estrutura de poder presente na pesquisa. Partindo desse pressuposto Francisco Falcon analisa o poder como “objeto de investigação/produção histórica”⁴⁶. Nesta perspectiva, nosso comprometimento é analisar essas estruturas de poder, investigando suas diferentes estratégias dentro de um único sistema de poder.

O cargo de inspetor se configurava como um desdobramento da hegemonia política serrinhense. A figura do inspetor surge no município de Serrinha para intermediar as relações entre o campo e a cidade, ou bairros mais distantes. Como a instituição policial não tinha tanto acesso a esses locais, devido à distância ou a falta de infraestrutura da organização. O inspetor acabava assumindo a posição de delegado de polícia no seu quarteirão (comunidade ou bairro).

O indivíduo escolhido para ser inspetor, geralmente gozava de prestígio social em sua comunidade e estava inteiramente ligado a algum partido político da cidade, mantendo relações estreitas com os políticos da região. Assim, essa figura que desempenhava um papel de liderança política do seu lugar, acabava sendo nomeado inspetor da localidade. Esta nomeação era feita pelo delegado de polícia que na maioria dos casos estava também ligado a um grupo político, pois era igualmente nomeado por alguma liderança política da cidade que através de pedido ao governador do Estado, acabava empossando o delegado de polícia da cidade. Não necessariamente precisava ser prefeito para nomear o delegado, porém era preciso ter ligações políticas com o governo do Estado da Bahia.

Percebe-se o cargo de inspetor intrinsecamente ligado ao poder político, já que na hierarquia das nomeações o poder executivo interfere diretamente na escolha do inspetor, que por sua vez acabava sendo um desdobramento do poder político local.

⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In: O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 153.

⁴⁶ Vê: FALCON, Francisco. História e Poder. In: FLAMARIOM, Ciro; VANINFAS, Reinaldo (org) Domínios da História. Rio de Janeiro: campus, 1997.p.61.

Na década de 60 e 70 em Serrinha a delegacia de polícia funcionava como uma extensão do poder político municipal, pois este também se valia desse poder para coagir seus opositores. Havia um histórico de delegados nomeados nesse período que de alguma forma tinham ligações com os grupos políticos em exercício. Como está evidenciado no registro abaixo, no qual o delegado de polícia Antônio Carneiro da Silva, membro da tradicional família Carneiro, empossa um inspetor de quartirão na fazenda Subaé.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE SERRINHA
TÍTULO

“O delegado de polícia do município de Serrinha, no uso de suas atribuições legais, tendo nomeado o Sr. ANTÔNIO FRANCISCO SANTIAGO, Inspetor de Quartirão do lugar denominado fazenda “SUBAÉ”, neste Município, mandou passar-lhe o presente/ TÍTULO a fim de produzir os devidos efeitos.

Delegado de Polícia de Serrinha, em 13 de dezembro de 1969.

Antônio Carneiro da Silva
DELEGADO DE POLÍCIA.⁴⁷

Assim como o delegado Antônio Carneiro da Silva, Joaúcio Álvaro da Silva também delegado de polícia desempenhava a função de vereador entre os anos de 1967 a 1971, é o que comprova Tasso Franco em sua obra:

A Câmara Municipal deste período era constituída pelos seguintes vereadores: Antonio Alves de Oliveira, Antonio Ramalho Ramos, Joaúcio Álvaro da Silva, Antonio de Aragão Bulcão, João Alegário de Queiroz, José Ramos da Silva, Renato Rodrigues Nogueira Filho, Joaquim Otaviano de Oliveira, José Ramos de Menezes, Carlos Paes da Silva, Manoel Carneiro dos Reis, Antonio Carneiro da Silva, João Nunes de Magalhães.⁴⁸

No entanto dois dos delegados citados, Sr. Joaúcio⁴⁹ Álvaro e Sr. Antônio Carneiro exerciam no mesmo período a função de vereadores da cidade de Serrinha e também de delegados de polícia, esta função dual permite perceber a estreita relação entre a política e a conseqüente influência policial para a manutenção da ordem. Ainda para Victor Nunes: “Durante a primeira República a organização policial foi um dos mais sólidos sustentáculos do coronelismo e, ainda hoje em menores proporções, continua a desempenhar essa missão”.⁵⁰

⁴⁷ Documento cedido por Antônio Francisco Santiago, o inspetor instituído. Vê anexo documento 1.

⁴⁸ FRANCO, Tasso Paes. Serrinha, a colonização Portuguesa numa Cidade do Sertão da Bahia. 2ª ed. Salvador: Ojubiabá, 2008. p.194.

⁴⁹ Vê página 06 do livro de registro de inspetores de quartirão- Delegacia de polícia de Serrinha.

⁵⁰ LEAL, Victor Nunes. Coronelismo Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil.3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 226.

Joanício Álvaro da Silva desempenhou a função de vereador e delegado de polícia na gestão do prefeito Carlos de Freitas Mota. Já Antônio Carneiro da Silva, só vem a ocupar sua função na delegacia de polícia apesar de já atuar como vereador, quando seu irmão Plínio Carneiro elege-se Deputado Estadual, pelo partido da Arena II, momento em que Carlos Mota afasta-se por problemas de saúde e Antônio de Aragão Bulcão, presidente da Câmara assume a prefeitura da cidade.⁵¹

Já foi dito que o poder policial tinha estreita relação com o poder político, porém os delegados de polícia ficavam na sede (cidade) não chegavam até os bairros e povoados mais distantes. Os Inspetores seriam, portanto, seus representantes mais próximos, e para isso prestavam juramento na delegacia de polícia na cidade.

Segue abaixo o juramento do Inspetor Antônio Francisco Santiago, cujo título de inspetor foi transcrito anteriormente.

Juramento

Aos treze dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e nove, na cidade de Serrinha e na Delegacia de Polícia, onde se achava presente o Senhor Antônio Carneiro da Silva, Delegado de polícia deste município, comigo escrivão do que cargo afinal assinado compareceu o cidadão Antônio Francisco Santiago, para prestar o devido compromisso por ter sido nomeado Inspetor de Quarteirão do lugar denominado Fazenda Subaé, ao qual, pela referida autoridade, foi deferido o compromisso, que aceitou, de bem e fielmente, sem dolo nem malícia, desempenhar o cargo que ora ocupa. E nada mais havendo, foi encerrado o presente termo que lido e achado conforme, vai assinado pela autoridade, nomeado e por mim, Lucio Euzébio dos Santos, escrivão que o escrevi.

Antonio Carneiro da Silva
 Antônio Francisco Santiago
 Lucio Euzébio dos Santos.⁵²

O cargo de inspetor de quarteirão servia para resolver problemas dentro da própria comunidade, só levava a questão para uma instância maior (delegado de polícia ou prefeito) caso não fosse solucionado na localidade. A pessoa escolhida para tal cargo gozava de boa reputação na comunidade, era aquele sujeito com moral mais solidificada o qual as pessoas olhavam com respeito.

No levantamento de fontes não foram encontrados nenhum vestígio documental que comprove a remuneração para este cargo no município de Serrinha, no entanto, é válido

⁵¹ Dados encontrados no livro de juramento dos Inspetores de Quarteirão da delegacia de policia, comarca Serrinha- BA, e analisados junto a obra de Tasso Franco: Serrinha a Colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia. Capt.IV- evolução política e social.

⁵² Extraído do livro de registro de juramento dos inspetores de quarteirão da delegacia de policia da cidade de Serrinha- BA. Em 25/01/10.p16. vê original em anexo.

ressaltar que todos os benefícios trazidos para a comunidade através de algum político, passavam pela aprovação do inspetor, o que não o impedia de subtrair benefícios próprios ou para sua família. Além do grande prestígio social, pois o inspetor representava a autoridade máxima do local, e só através dele, os habitantes da comunidade poderiam chegar até a instância maior da cidade, formando assim um grande elo entre esses poderes.

Havia uma hierarquia social bastante visível nessa estrutura, uma vez que o inspetor estava subordinado a outras autoridades que teciam as suas estratégias políticas, pois o inspetor além de resolver os mais conflituosos problemas da localidade, também “cuidava” do seu representante político. Assim, na maioria das vezes que este era solicitado para resolver questões de terras⁵³, animais entrando na propriedade do vizinho dentre outros, o inspetor sempre dava um “jeitinho” de beneficiar o proprietário cujo grupo político era o mesmo seu. Como afirmou Plínio Carneiro liderança política de representatividade do município: “O inspetor na hora de resolver a questão, não podia maltratar meus amigos”⁵⁴. Porém, se as duas partes pertencessem ao mesmo grupo do inspetor, a negociação tornava-se mais demorada, pois não podia desagradar nenhuma das partes, já que isto acontecendo a possibilidade de perda eleitoral era enorme e esse não era o objetivo maior do inspetor. Se tal problema gerasse um conflito armado ou situação pior, os envolvidos eram encaminhados pelo inspetor à delegacia de polícia cabendo ao delegado da jurisdição a incumbência para solucioná-lo.

O título de inspetor também aguçava inimizades e rixas antigas, uma vez que esta autoridade era indicada politicamente, desagradando os grupos rivais, ou ainda companheiros partidários que também sentiam-se no direito de exercer tal função. No entanto, alguns não eram designados muitas vezes por não gozar de boa reputação na localidade, e situações como estas, geravam transtornos à administração política vigente, que tinha que negociar com esses sujeitos.

A figura do inspetor foi criada para facilitar o policiamento nas localidades menores, e concomitantemente manter a ordem não só social, mas também política encurtando o distanciamento entre o mundo rural e o urbano, facilitando o trabalho das instâncias políticas que o tinha como representante maior na comunidade, visto que não era tão necessária a presença do político naquela localidade porque o inspetor era também um fiscal político, no sentido de acompanhar dia a dia a rotina das pessoas.

⁵³ Na medição das tarefas de terra, um dos proprietários se achava em desvantagem e começava a desavença.

⁵⁴ Entrevista concedida por Plínio Carneiro (liderança política entre as décadas de 60 e 70) em 17/10/09

2.2 João Moreira Firmo e Antônio Francisco Santiago.

Ao analisarmos a estrutura política da cidade de Serrinha, notamos o revezamento de tradicionais famílias nas instâncias políticas da cidade. Os grupos familiares Mota e Carneiro, se alternavam no poder. A estrutura de oposição estava assim posta: MOTA versus CARNEIRO.

Até a criação da Intendência, o Arraial e depois Villa de Senhora Sant'Anna de Serrinha era administrado por uma Câmara de Vereadores, na época da promulgação da Nova Constituição Estadual, presidida por Joaquim Hortélio da Silva, mister princípio constitucional estabelecendo que a corporação política fosse constituída a partir do núcleo mais influente das famílias. A rigor, a constituição referendava apenas uma prática que já vinha sendo estabelecida desde a Colônia e o Império. Em Serrinha, os descendentes de Bernardo da Silva controlavam os meios políticos, econômicos e social da localidade.⁵⁵

O núcleo influente ao qual o autor faz referência, seria a família de Bernardo da Silva⁵⁶, que a partir da década de 60 descenderia o núcleo familiar Carneiro tendo como força emergente Plínio Carneiro da Silva e os Mota liderado por Carlos de Freitas Mota.

Apesar da dificuldade para encontrar documentação escrita, foi possível verificar a trajetória das personagens a seguir como desdobramento do jogo oligárquico⁵⁷ serrinhense. Tais sujeitos contribuíram para o desdobramento do mandonismo e perpetuação de interesses individuais na política serrinhense. Os autores Victor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira. de Queiroz, descrevem em seus estudos, tais práticas políticas que faziam parte da dinâmica social principalmente dos municípios interioranos:

A nação se formava a partir de uma multiplicidade de chefetes municipais, unidos entre si por laços de sentimentos de sangue, mas completamente independentes uns dos outro no que diz respeito a economia, uma vez que cada qual produzia para si e vivia, dentro de sua propriedade, num estado de auto-suficiência.⁵⁸

Como indicação introdutória, devemos notar, desde logo, que concebemos o coronelismo como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. [...] Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do

⁵⁵ FRANCO, Tasso. *Evolução Política e Social*. In *Serrinha A Colonização Portuguesa numa Cidade do Sertão da Bahia*. Salvador: Ojuobá, 2008. p. 131.

⁵⁶ Vê capítulo I

⁵⁷ Entenda-se oligarquia como regime restrito ao governo de poucos.

⁵⁸ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969. p. 125.

sistema coronelista, como sejam o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos.⁵⁹

Para eles as práticas oligárquicas que comandavam a política no Brasil, denotavam as maiores expressões de dominação que se expressavam nas mais variadas formas do fazer política. Inserimos nessa discussão, a figura dos inspetores de quarteirão, João Moreira Firmo e Antonio Francisco Santiago, a destituição de um precede a instituição do outro e os dois a pesar dos momentos distintos funcionaram como mola propulsora da política na cidade de Serrinha.

Apoiando o grupo de Carlos Freitas Mota 1967/1971⁶⁰ (segundo mandato), e adversário político dos Carneiros, João Moreira foi instituído inspetor de quarteirão no povoado Subaé em outubro de 1966⁶¹ quando findava a gestão de Horiosvaldo Bispo dos Santos, correligionário de Carlos Mota. O senhor José Roque Firmo, filho de João Moreira Firmo, este já falecido, nos concede informações sobre seu pai.

Segundo José Roque:⁶² seu pai “agia politicamente, era o grupo dele e pronto quem tinha vez era o grupo”. O senhor João Moreira dispunha de sua autonomia. Amparado por Carlos Mota o então prefeito da cidade na época.

Plínio Carneiro liderança que fazia oposição ao partido do inspetor em evidencia, fala de João Moreira como sendo seu adversário Político em Subaé, “indicado pelo outro grupo”⁶³. Ao passo que José Roque afirma: “meu pai não mudava de lado. Aquilo não era paixão política era uma amizade pelo grupo”.⁶⁴ A relação de laços de amizade e fidelidade permeavam esse cotidiano político.

Ao mesmo tempo em que João Moreira desempenhava a função de inspetor era também cabo eleitoral, como demonstra o Sr. José Roque:⁶⁵ “Ele ia para comícios, pedia voto. Chamava o pessoal quando completava idade para fazer o título, aí tinha que votar no grupo.

⁵⁹ LEAL, Victor Nunes. Coronelismo Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 40

⁶⁰ Informação disponível em: FRANCO, Tasso. Evolução Política e Social. In Serrinha: A Colonização Portuguesa numa Cidade do Sertão da Bahia. Salvador: Ojuobá, 2008. p. 190

⁶¹ Vê livro de juramento página04- vê anexo documento 03.

⁶² FIRMO, José Roque. Entrevista concedida em 19/03/11, na sua própria residência em Subaé. Disponível em email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com.

⁶³ SILVA, Plínio Carneiro da. Entrevista concedida em 22/10/2010, na sua residência na cidade de Serrinha. Disponível no email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com.

⁶⁴ FIRMO, José Roque. Entrevista concedida em 19/03/11, na sua própria residência em Subaé. Disponível em email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com

⁶⁵ Id. , 2011.

Não era comum ir a Serrinha, mas no tempo de eleição eles mandavam um pau de arara,⁶⁶ ia todo mundo na maior festa”. A troca de favores era uma constante, o voto atrelado a favoritismos. José Roque relembra ainda que a escola do povoado, seu pai que “administrava nesse período”⁶⁷, indicando inclusive a professora, pois seus filhos aprenderiam as primeiras letras naquele espaço escolar.

Dentre os inspetores encontrados no livro de registro da delegacia de polícia da comarca de Serrinha, o Senhor João Moreira, foi intimado a entregar o cargo por motivos políticos. Motivos estes não evidenciados no documento, porém como era um cargo de nomeação, constata-se que a influência política do grupo de Carlos de Freitas Mota, apoiado pelo Senhor João Moreira havia perdido espaço e com o enfraquecimento do poder dos Mota, tem-se obviamente a fragmentação da função de inspetor desempenhada por João Moreira.

“Certifico e dou fé que o Sr. João Moreira Firmo foi intimado a entregar seu Título de Inspetor, pela autoridade policial (Sr. Antônio Carneiro da Silva), por motivos políticos. Em 30/12/1969.⁶⁸

Lúcio E. Santos. Escrivão.”

Outra personalidade adentra o universo da inspetoria em Subaé ao final da destituição de João Moreira, o Senhor Antonio Francisco Santiago, indicado por Plínio Carneiro da Silva na transição do governo de Carlos Mota para a instituição de Aluizio Carneiro da Silva 1971 a 1973 irmão de Plínio, que nesse período estava eleito deputado estadual se destacando na política serrinhense como liderança da família Carneiro.

O Senhor Antônio Francisco Santiago, em depoimento para este trabalho, relatou sua experiência quando atuou no cargo de inspetor em 1969⁶⁹, momento em que o Sr. João Moreira é destituído. “Eu só faltava endoidecer com esse povo todo. Boa Vista, Saquinho⁷⁰, não me deixavam nem trabalhar, só na carreira para resolver problemas ali, acolá”⁷¹. Antonio Francisco se reconhece como “autoridade” da época, quando enfatiza que as pessoas não lhe deixavam trabalhar. Se refere ao trabalho diário na roça, plantando, capinando, arrumando o

⁶⁶ Caminhão aberto, forrado o teto de lona, e as tabuas de madeiras servia de assento. Transporte ainda comum nas localidades rurais.

⁶⁷ FIRMO, José Roque. Entrevista concedida em 19/03/11, na sua própria residência em Subaé. Disponível em email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com

⁶⁸ Extraído do livro de registro de juramento dos inspetores de quarteirão da delegacia de polícia da cidade de Serrinha- BA. Em 25/01/10. p.04 vê anexo.

⁶⁹ Vê páginas 29 e 30 onde respectivamente constam o título e o registro no livro da delegacia de polícia do Senhor Antônio Santiago.

⁷⁰ Comunidades vizinhas ao povoado Subaé.

⁷¹ SANTIAGO, Francisco Antonio. Entrevista concedida em 27/03/11 na sua casa em Subaé. Disponível em email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com.

roçado, pois a inspetoria por não ser um cargo diretamente remunerado não poderia ser considerado um trabalho e ou profissão a seguir.

Assim como Joaquim Avelino, relatado no próximo capítulo, Antonio Santiago era correligionário de Plínio Carneiro, porém nega que a sua indicação para desempenhar tal função tenha relação direta com Plínio. “Eu fui botado pelo município, juntou Horácio, comadre Flora⁷², foram para Serrinha e me botaram, não foi político não”.⁷³ Apesar de não aceitar o envolvimento com uma força política para a sua indicação, o Senhor Antonio relata sobre sua ligação com Plínio Carneiro.⁷⁴

“A gente era bastante amigo. Lutava na cooperativa mas depois, houve um negócio, ele se engrossou, eu me danei. Larguei de mão e não voto para Carneiro hoje nem com o pescoço torado.”⁷⁵ Fica evidente que Antonio Francisco teve algum problema sério com Plínio Carneiro, porém não comenta sobre o ocorrido. Apesar de negar a influência de Plínio em sua nomeação, se declara do grupo dos Carneiros na época.

Dos três inspetores narrados na pesquisa, Antônio Francisco é o único que ainda desfruta de boa saúde. Hoje com 83 anos de vida, e completa lucidez, tive a oportunidade de gravar seu depoimento, sem intermediação de filhos ou parentes.

2.3 O prestígio social

O inspetor era em geral uma figura respeitada pela comunidade, e dispunha de grande prestígio social. Era aquele sujeito que mais se destacava enquanto liderança de grupo. Muito comum era o seu envolvimento com as questões religiosas, participava ativamente da Igreja, promovendo festas como leilões em benefício da própria comunidade. O bumba meu boi⁷⁶ como lazer após as atividades religiosas era também uma prática corriqueira. Festividades como estas, aproximavam cada vez mais a população do inspetor, criando laços de fidelidade favoráveis a sua atuação. Respeitado não só pelo cargo que por hora ocupava, mas por zelar de uma conduta correta, lhe conferindo honrar a confiança e respeito daqueles que participavam do seu dia a dia. Envolvia-se com a comunidade escolar, chegando até a indicar quem seria os funcionários da escola, a professora primária partia da sua indicação.

⁷² A Senhora Flora era força expressiva do grupo dos Carneiros em Subaé nesse período.

⁷³ SANTIAGO, Francisco Antonio. Entrevista concedida em 27/03/11, na sua casa em Subaé. Disponível em email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com.

⁷⁴ Id. , 2011

⁷⁵ Expressão efêmera, quer dizer nem morto.

⁷⁶ Festividade folclórica, onde se constrói um boi com uma estrutura reciclável, ficando uma pessoa dentro dessa estrutura para dá movimento ao boi. Vê: anexo Foto 01.

Portanto, nota-se que estes “escolhidos” dispunham de extraordinária popularidade em sua comunidade. Este carisma teria provavelmente contribuído para o seu envolvimento com as elites políticas da cidade de Serrinha, afinal todo grande político defende uma bandeira social carismática para facilitar sua aproximação com o eleitor, o inspetor proporcionava assim um elo entre o povo e os candidatos a cargos eletivos do município.

Cabe aqui analisar também que esta liderança, antes de exercer o cargo geralmente já desempenhava a função de chefe político do lugar, espécie de cabo eleitoral na contemporaneidade, e como o poder executivo estava atrelado ao poder jurídico⁷⁷, logo havia a possibilidade desse indivíduo ser nomeado inspetor de quarteirão, e as características já descritas pela sua popularidade, facilitava as negociações desempenhadas por esta função. Além das atividades desenvolvidas por essa figura aumentarem o nível de popularidade causando impacto positivo no desenrolar da campanha do seu grupo preferido, que posteriormente se transformava em vitória eleitoral. Nota-se que a inspetoria estava a serviço de uma estrutura de poder político local, e mesmo dispondo de certa autonomia participava diretamente do complexo sistema que encaminhava determinado grupo político a comandar o processo político na cidade de Serrinha.

Para diferenciar-se de um cidadão comum, o inspetor portava um instrumento identificado por facão de cruzeta⁷⁸. Tinha-o sempre amarrado em sua cintura, como símbolo da sua representação de poder. Todo sujeito que portasse um facão de cruzeta exercia uma posição diferente, dentro do seu quarteirão e era muitas vezes por esse objeto identificado. “É enquanto instrumento estruturados de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra”.⁷⁹

Utilizando o pensamento de Pierre Bourdieu, o facão de cruzeta pode ser entendido como um instrumento de coerção para legitimar a autoridade do inspetor diante da população civil. Para além do seu prestígio social e carisma, havia a preocupação de também demonstrar esse poder através de uma arma como símbolo de justiça ou de poder, de uma forma ou de outra, esse instrumento povoa a lembrança de muitas pessoas que vivenciaram o cotidiano desses inspetores. Algumas famílias guardam o objeto como recordação.

Cada vez mais se percebe a relação direta entre polícia- justiça e política. Essas três instituições estavam visivelmente representadas na figura do inspetor. Este exercia um poder

⁷⁷ Prefeitos nomeavam delegados de polícia, e conseqüentemente o juiz de paz e inspetor de quarteirão.

⁷⁸ Algumas famílias guardam como relíquia, objeto grande e pontiagudo cuja base tem formato de cruz. Vê: anexo foto 03

⁷⁹ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 11

policia! mantenedor da ordem e da justiça, principalmente com seus partidários, ao mesmo tempo era totalmente dependente do seu representante político e subordinado a outros poderes.

O inspetor e a sua liderança política tinham verdadeiros laços de afetividade, construídos a partir de favoritismos. Principalmente por que nas cidades interioranas e Serrinha não difere disso, existia um ciclo político, no qual médico tornava-se prefeito. Isto porque como as comunidades rurais e os bairros periféricos pertenciam a uma dinâmica de esquecimento e consequentes dificuldades econômicas e sociais, estiveram mais propensas a conviver com essas políticas assistencialistas, as quais o médico-prefeito livrava os doentes de apuros e aos mais necessitados, financeiramente oferecia alguma ajuda. Logo o inspetor por inocência, ingenuidade ou esperteza, também participava dessas práticas individuais de se fazer política, ainda que não percebesse ou entendesse essas manobras, a sua função era também em prol do prestígio social atingido posteriormente nas urnas por seu representante político.

As rixas e brigas durante o período eleitoral se intensificavam, aflorava nos eleitores suas paixões políticas. Os comícios enquanto veículo de aproximação (candidato/eleitor) constituía-se em verdadeiras festas, e arrastavam multidões fosse para ouvir o discurso proferido pelos candidatos ou para prestigiar a banda musical que ao final tocava. Igualmente esperada era a distribuição de camisetas e bonés com slogan e número do candidato, visto que as pessoas incorporavam suas cores partidárias com grande efervescência.

Muitos desses materiais de campanha ficavam na casa do chefe político do lugar, posteriormente inspetor de quarteirão, cabendo ao mesmo fazer a distribuição, pois ninguém conhecia tão bem os eleitores quanto o inspetor representante local de determinado grupo político.

Assim também acontecia na época da quaresma. No período da Semana Santa, festividade religiosa da Igreja católica. Isto é, quando era ano de eleição, tratava-se de distribuir peixe para a população carente e mais uma vez quem ficava com o encargo era o chefe político. Chegavam os caixotes de peixes enviados pelos políticos para que fossem distribuídos na comunidade, somente para o seu eleitorado. Era muito comum haver a distribuição dos peixes por dois grupos políticos adversários ao mesmo tempo, nestes episódios percebia-se visivelmente a separação entre um grupo e outro. Interessante notar que um sabia a opção política do outro, por isso cada pessoa se dirigia para a casa do chefe

político⁸⁰ de seu partido para pegar seu alimento e nem se quer olhava para o peixe do seu adversário.

Procurando manter ou expandir a força dos coronéis, os cabos eleitorais são elementos de ligação indispensável, entre o coronel e a massa dos votantes. A estrutura, grosso modo, se apresenta hierarquizada em três níveis: os coronéis; abaixo deles os cabos eleitorais; e, na base da estratificação política os eleitores. Além do papel do proselitismo, tem o cabo eleitoral a função de organizar a massa mantendo-a em forma para o pleito.⁸¹

Entende-se aqui o inspetor exercendo a função de chefe político ou cabo eleitoral, assim as grandes lideranças políticas do Município de Serrinha estavam representadas nos mais longínquos povoados da cidade. Representado no domínio e autoridade do inspetor que se desdobrava dentro dos seus diversos papéis.

Em meio a essa junção de poderes, não é possível separar uma função da outra, mas perceber que o inspetor desempenhava o papel da justiça, (policia) ao passo que também fazia sua campanha partidária, dispondo tanto de prestígio entre os seus iguais, pessoas que convivia diariamente, quanto com o político que o tinha como braço direito e efetivo do seu partido em determinada localidade.

Os inspetores tinham famílias numerosas o que também contribuía para a perpetuação de determinado partido político no poder. Prova disso, é ainda na contemporaneidade, famílias inteiras seguirem uma tradição partidária independente da figura política que esteja no pleito. Desta forma, as transições hereditárias e ou partidárias são presença marcante nos municípios interioranos. Presas a favores antigos, muitas dessas famílias se sentem no dever de votar a vida inteira em um único grupo, independentemente da colaboração deste para o bem comum. Constituindo-se o voto numa troca mútua de favores jamais esquecidos. “Não era a eleição o momento da escolha dos mais capacitados e sim um momento de barganha o de reciprocidade de dons. O indivíduo dá seu voto porque já recebeu um benefício ou porque espera ainda recebê-lo”.⁸²

Nestas práticas assistencialistas muitos grupos políticos permaneciam no poder e os inspetores de quarteirão muitos deles leigos e até analfabetos, contribuía para a consolidação dessa conjuntura política. Nos registros do livro de juramento dos inspetores de quarteirão encontrado na delegacia de polícia de Serrinha do Estado da Bahia, tem-se na

⁸⁰ O Chefe político na maioria das vezes tornava-se inspetor de quarteirão.

⁸¹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In FAUSTO, Boris (org.) História Geral da Civilização Brasileira. vol.8. São Paulo: DIFEL, 1975. p. 175.

⁸² Id, 1975, p.180

documentação inspetores que não assinavam se quer o próprio nome⁸³. Faziam o juramento e um acompanhante assinava em seu lugar, comprovando que muitas dessas figuras pertenciam a um universo iletrado pouco politizado.

O inspetor parecia aceitar manipulações, muitos apaixonados por seu partido político, idolatravam o político local como a um deus, estabelecendo até relações de compadrio. A própria hierarquia de poderes demonstra a posição subalterna ocupada por este junto aos políticos locais, pois ainda que fosse autoridade na sua localidade, estava ligado ao poder político por laços de confiança lhe devendo satisfações.

Muito comum era os moradores do quarteirão prestarem queixas dos inspetores ao indivíduo que o havia nomeado, geralmente isso acontecia quando o inspetor desagradava alguém do mesmo partido, ficando o político no encargo de chamar atenção do inspetor para o fato ocorrido, pois não poderia o inspetor descontentar o eleitorado do seu partido. A inspetoria no município de Serrinha consolidou práticas oligárquicas, funcionando como mola propulsora da elite serrinhense.

⁸³ Livro de juramento de Inspectores de Quarteirão página 06, delegacia de polícia de Serrinha BA.

CAPÍTULO 3

JOAQUIM AVELINO E PLÍNIO CARNEIRO: FACES DISTINTAS DE UM MESMO PODER.

[...] O trabalho com história oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de continua negociação. A memória é essencial a um grupo por que está atrelada à existência de sua identidade.⁸⁴

3.1 As personagens e suas Narrativas.

Joaquim Avelino de Queiroz Filho prestou juramento para inspetor em 14 de março de 1970⁸⁵, nomeado pelo então delegado de polícia Antônio Carneiro⁸⁶, através da indicação de Plínio Carneiro da Silva, que articulava a ascensão do seu grupo ao governo do município, o que ocorreu em 1971 com a indicação de Aluízio Carneiro da Silva para a candidatura a prefeito do município e Plínio deputado estadual, em 1968⁸⁷.

O inspetor Joaquim Avelino é instituído em meio à disputa do grupo político de Carlos Freitas Mota adversário político de Plínio 07/04/1967 a 31/01/1971 e a ascensão da família Carneiro, com o então prefeito eleito Aluízio Carneiro da Silva 01/02/1971 a 31/01/1973⁸⁸ irmão de Plínio.

O inspetor do qual estamos falando faleceu no ano de 1994. Com a colaboração de Maria Guiomar Queiroz Silva sua filha mais velha que tem muito de sua herança política, foi possível descrever as funções desempenhadas por Joaquim nesse cargo, pois era forte liderança do grupo dos Carneiros no povoado de Subaé.

Ele era chefe político desse grupo, sempre foi [...] Quando surgiu essa coisa de ter uma pessoa para ser inspetor na roça, Plínio chamou ele pra ser, ele era amigo de Plínio.[...]

Ele calou a boca, quando foi um dia tava com um documentozinho na bolsa, nós chamamos, aí perguntei a ele. Ele disse: foi Plínio que me deu. Quando

⁸⁴ ALBERTI, Verena. História dentro da História. In: PINSSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. 2ed. São Paulo: editora contexto, 2006, p.167.

⁸⁵ Vê livro de juramento de inspetores de quarteirão p. 28, disponível na delegacia de Serrinha/BA.

⁸⁶ Id. , p. 28.

⁸⁷ FRANCO, Tasso. Evolução Política e Social. In Serrinha: A Colonização Portuguesa numa Cidade do Sertão da Bahia. Salvador: Ojuobá, 2008. p. 191.

⁸⁸ Id. , p. 190 e 196.

li era dizendo que ele passava a ser o inspetor dali, e continuou sendo, fazendo esse trabalho.⁸⁹

Nota-se no início do depoimento a intrínseca relação política imbricada no cargo de inspetor. Joaquim era chefe político e então recebe o convite para ser inspetor. O “documentozinho” seria o registro expedido pela delegacia de segurança pública do Estado da Bahia, da delegacia de polícia de Serrinha, conferindo-lhe o título de inspetor, igual ao já exposto no capítulo II, de Antonio Francisco, pois o de Joaquim não foi mais encontrado.

A relação de Joaquim Avelino com Plínio Carneiro assegurou tal nomeação. Uma vez que Plínio entre as décadas de 60 a 80 despontava como liderança política do município. Deputado estadual alinhado ao vianismo⁹⁰, durante várias legislaturas, conseguiu controlar a prefeitura elegendo sucessivos prefeitos em dezenove anos consecutivos.

Veja na tabela a relação de Plínio Carneiro com o poder municipal de Serrinha entre as décadas de 70 e 80.

TABELA- 1

Prefeito	Período	Grau de Parentesco	Considerações
Aluízio Carneiro da Silva.	01/02/1971 a 31/01/1973	Irmão de Plínio	Plínio elegeu-se deputado estadual, em 1968, integrava a bancada da Arena Vianista
Mariano José de Oliveira Santana	01/02/1973 a 31/01/1977	Irmão de Paulino Santana	Insere-se na política de Serrinha a Rádio difusora/AM comandada por Plínio Carneiro
Aluízio Carneiro da Silva. (2º mandato)	01/02/1977 a 31/01/1983	Irmão de Plínio	Momento em que Plínio se reelege para o seu terceiro mandato consecutivo como deputado

⁸⁹ SILVA, Maria Guiomar de Queiroz. Entrevista concedida em 15/03/2011, na sua própria casa em Subaé. Disponível em email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com.

⁹⁰ Entenda-se aliado ao governo de Luiz Viana na Bahia

			estadual
Antônio Josevaldo da Silva Lima	01/02/1983 31/12/1988	a	Sobrinho de Plínio Rompe com o vianismo, apoiando João Durval.
Paulino Alexandre Santana (Popó) 1º mandato	01/01/1989 31/12/1992	a	Irmão de Mariano Santana Momento de desgaste para o grupo dos Carneiros

Fonte: Dados encontrados em: FRANCO, Tasso. *Evolução Política e Social*. In Serrinha A Colonização Portuguesa numa Cidade do Sertão da Bahia. Salvador: Ojuobá, 2008 .p. 196 a 216. Tabulados pela pesquisadora.

Assim, o grupo Plinista⁹¹ permaneceu no poder municipal dezenove anos ininterruptos. Em 1993 Claudionor Ferreira da Silva Filho, aliado à família Mota, cujo líder era Carlos de Freitas Mota, vence a eleição em Serrinha, quebrando a hegemonia de Plínio Carneiro na região.

O mandato de Claudionor Ferreira vai de 1993 a 1996, no entanto no início de 1997, Paulino Alexandre Santana (Popó) reaparece no plano político da cidade permanecendo no poder até 2000, em seu segundo mandato. Por isso, as lembranças⁹² que ainda povoam a população Serrinhense é a de que os Carneiros estiveram comandando a política local por mais de vinte anos.

Não podemos afirmar o momento em que Joaquim Avelino deixa a inspetoria, pois ao contrário de muitos, no livro de registro de juramento não consta a sua destituição. No entanto segundo sua filha “ele ficava sendo inspetor, enquanto o grupo a quem servia estava no poder”⁹³.

O inspetor era como um funcionário do partido, onde estava o seu partido, ali também ele prestava serviços. Mudava-se o panorama partidário, mudava-se também o inspetor de quarteirão. Sua legislatura durava o mesmo tempo dos seus correligionários no poder. Podendo haver alterações caso houvesse casos de infidelidade ao partido, ou por vontade própria de não querer permanecer mais no cargo.

⁹¹ Refere-se aos seguidores de Plínio Carneiro da Silva.

⁹² Como por exemplo, o depoimento de Maria Guiomar: “Os Carneiros ganharam mesmo, e ficaram aí dominando por 22 anos” tendo interrupção com Claudionor Ferreira.

⁹³ SILVA, Maria Guiomar de Queiroz. Entrevista concedida em 15/03/2011, na sua própria casa em Subaé. Disponível em email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com.

Como não há registro da destituição de Joaquim, é bastante provável que tenha permanecido no cargo durante esses anos de governo da família Carneiro. Abaixo o juramento de Joaquim Avelino.

Juramento

Aos quatorze dias do mês de março de mil novecentos e setenta, na cidade de Serrinha e na Delegacia de Polícia, onde se achava presente o Senhor Antônio Carneiro da Silva, Delegado de polícia deste município, comigo escrivão do que cargo ao afinal assinado compareceu o cidadão Joaquim Avelino de Queiroz Filho, para prestar o devido compromisso por ter sido nomeado Inspetor de Quarteirão do lugar denominado Fazenda Subaé, neste município, ao qual, pela referida autoridade, foi deferido o compromisso, que aceitou, de bem e fielmente, sem dolo nem malícia, desempenhar o cargo que ora ocupa. E nada mais havendo, foi encerrado o presente termo que lido e achado conforme, vai assinado pela autoridade, nomeado e por mim, Lucio Euzébio dos Santos, escrivão que o escrevi.

Antonio Carneiro da Silva
 Joaquim Avelino Queiroz Filho
 Lucio Euzébio dos Santos.⁹⁴

Não há registro ou datação do encerramento de sua função. Familiares afirmam que enquanto durou a hegemonia dos Carneiros na política serrinhense, Joaquim permaneceu no cargo.

O inspetor intermediava as relações campo/cidade. Era muito rara a presença de delegados de polícia na Zona Rural, devido à distância e às precárias condições da estrada. Tal ausência já foi assinalada por Maria Isaura Queiroz:

Estes pobres delegados e subdelegados, perdidos no fundo do sertão, não dispondo de forças para efetuar prisão, isolados pela distância dos centros províncias e muito mais ainda da capital do Império, só puderam viver acolhendo-se à sombra do mandão local, auxiliando-o e partilhando-lhe a sorte. Assim é que mudando uma situação local, vencendo o adversário de um chefe que estava no poder, dava-se a “derrubada” geral, juízes de paz, delegados, tudo mudava, ocupando os postos os asseclas do vencedor.⁹⁵

O poder judicial e o poder político estavam aqui associados, dependentes, e a função de Joaquim Avelino era: “Resolver problemas na comunidade, problemas que precisava da

⁹⁴ Extraído do livro de registro de juramento dos inspetores de quarteirão da delegacia de policia da cidade de Serrinha- BA. Em 25/01/10.p.28 vê anexo.

⁹⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo Local na Vida Política Brasileira. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969, p. 42.

justiça. Ele era como se fosse a autoridade do lugar, resolvia aquela questão, se não resolvesse era que levava para Serrinha”⁹⁶.

Portanto, a autoridade do inspetor não fugia ao seu quarteirão, seu poder se legitimava dentro da própria comunidade. Esse caráter localizado favorecia determinado grupo político no lugar. Como no caso em questão, Plínio preocupava-se com a secção eleitoral da comunidade Subaense⁹⁷. Tendo seu representante efetivo, aparecia raras vezes, apenas para saber como estava andando as coisas pela região.

Segundo Maria Guiomar, Plínio aparecia em época de campanha, na casa de seu pai Joaquim para saber da política. O que precisava fazer, quais as necessidades do lugar, para fortalecer as campanhas eleitorais. Em tais atitudes de Plínio percebemos a importância política do inspetor, justificando que sua função política e de justiça foi apenas mais um atributo que se somaram a sua autoridade de chefe local. Os inspetores atuavam nos mais longínquos espaços, onde a “lei custava a chegar”⁹⁸.

Em vista disso Marcos Bretas traz uma análise importante para a nossa discussão, a respeito de como a justiça foi delegada e ganhou forma em nosso País.

[...] O impulso de liberdade trouxe para o Brasil o que havia de mais moderno nas práticas de justiça européia, como o julgamento por júri. O habeas-corpus e o juiz de paz eleito, para em seguida ceder diante da avassaladora onda centralizadora, representada na prática pela substituição dessas instituições por juízes e policiais apontados pelo poder central. É a própria forma legal dada ao sistema policial das províncias que desloca o eixo da autoridade de um papel de manutenção da ordem e de repressão ao crime para incluí-la na rede de favores distribuídos pelo estado, que teria como contrapartida um papel garantidor de um resultado positivo nas disputas eleitorais.⁹⁹

Já discutimos sobre a efetivação da nomeação do inspetor. O qual se constituía visando favores políticos, necessários para a manutenção da oligarquia da família Carneiro. Veja abaixo o depoimento de Plínio a respeito dessa nomeação.

Eu por intermédio do delegado de polícia. Por que quem fazia a nomeação era o delegado de polícia. Mas obviamente as lideranças políticas faziam as indicações ou aceitavam a indicação do delegado. [...] é evidente que a

⁹⁶ SILVA, Maria Guiomar de Queiroz. Entrevista concedida em 15/03/2011, na sua própria casa em Subaé. Disponível em email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com.

⁹⁷ Diz-se dos moradores do povoado de Subaé.

⁹⁸ Onde a lentidão dos órgãos do estado não alcançavam.

⁹⁹ BRETAS, Marcos Luiz. A polícia Carioca no Império. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.12, n. 22, 1998, p.01.

liderança política do município tinha interesse no controle da nomeação dessas autoridades.¹⁰⁰

A tabela exposta neste capítulo explicita a construção e efetivação do poder da família Carneiro. Popularmente em Serrinha, ficaram conhecidos como o grupo dos Carneiros. Não existia uma preocupação com os partidos aos quais pertencia, a população não se dava conta das alianças partidárias, pois os laços consangüíneos fizeram-se mais fortes, em vista disso, usavam o termo grupo político com mais frequência.

O grupo familiar não se limitava então aos pais e filhos, agregados e escravos, era muito maior, pois devido aos casamentos entre parentes os troncos das famílias eram geralmente primos entre si, e, relacionados formavam um sistema poderoso para a dominação política e econômica, para a aquisição e manutenção de prestígio e status.¹⁰¹

O inspetor Joaquim Avelino enquanto instrumento de coerção e de propagação do grupo Plinista no povoado de Subaé, desempenhava paralelamente o papel de cabo eleitoral¹⁰². Tem-se o poder político e policial concentrados em um único sujeito.

Relembrando os feitos de seu pai como cabo eleitoral, Maria Guiomar informa: “Ele pagava do dinheiro dele pra levar eleitor para fazer o título [...] levava o grupão, dava lanche, pagava passagem do povo [...] e fazia campanha mesmo, campanha forte de pedir voto para aquele político ia para os comícios...”

Quando Guiomar se refere a “levava o grupão”, deve-se entender como a saída do espaço rural Subaé, para o espaço urbano Serrinha, pois não era muito comum a presença das pessoas do campo na cidade. Devido a uma distância conjuntural, poucos transportes, precariedade das estradas, além da dificuldade econômica para pagar o transporte.

O objetivo de Joaquim Avelino expresso na fala de sua filha era possibilitar esses sujeitos a aquisição do seu título de eleitor, com a intenção lógica de angariar mais eleitores para o seu grupo político. Como gesto de gratidão esses indivíduos sentia-se na obrigação de retribuir tal favor, votando no grupo apoiado por Joaquim.

Avelino era a “pessoa de confiança de Plínio”¹⁰³ por isso acontece a nomeação. A partir de intenções verdadeiramente políticas, é o que está expresso na fala do Sr Plínio Carneiro:

¹⁰⁰ SILVA, Plínio Carneiro da. Entrevista concedida em 22/10/2010, na sua residência na cidade de Serrinha. Disponível em email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com.

¹⁰¹ Vê: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo Local na Vida Política Brasileira. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969. p.17.

¹⁰² Pessoa de confiança de determinado partido político, destinado a ajudar nas campanhas eleitorais

Primeiro de tudo a gente procura também agradar uma liderança nossa. Você tem um pai de família, se relaciona com essas pessoas, com esses problemas, e a gente tem o interesse de aglutinar em torno dessa pessoa da localidade aquelas famílias mais importantes, por interesses políticos, essa é que é a mais pura verdade. [...] é evidente que como Joaquim era uma pessoa nomeada na primeira linha lá do Subaé, nos fizemos a indicação dele. Era o mais responsável era uma pessoa que conduzia mais gente que se relacionava melhor.¹⁰⁴

Vê-se que o interesse maior dessa indicação era aumentar os adeptos à política dos Carneiros, e como Joaquim tinha facilidade em “conduzir,” em relacionar-se melhor com a população do lugar, foi a figura indicada para exercer tal função.

Do mesmo modo, Plínio fala de como via, enxergava a população de Subaé, povoado localizado a 18 Km de Serrinha, recorte espacial do nosso diálogo e da representação destas narrativas:

O Subaé para nós politicamente aqui no município era importante por que era um... Não é que existisse uma seção eleitoral, mas nós sabíamos que era um povoado que significava um número de habitantes e um numero de eleitores, e para nós politicamente isso é muito bom. [...] por que o político olha muito o eleitor.¹⁰⁵

O povoado de Subaé é um dos maiores em nível populacional dentre os territórios rurais de Serrinha. Em vista disso, mais visado politicamente devido ao numero de eleitores e de seção eleitoral.

Ao mesmo tempo em que Joaquim Avelino desempenhava suas funções na inspetoria, continuava também fazendo a função de chefe político, pois antes do cargo de inspetor já exercia o papel de chefe político em Subaé.

Antes dele ser inspetor já era chefe político. Era aquela pessoa de confiança do grupo. Os políticos não queriam gente falsa, [...] Eles queriam um chefe político que matavam e morriam por eles, por aquele grupo. [...] se vinha um saco de cimento, um corte de roupa, vinha tudo para aquele chefe dividir¹⁰⁶.

¹⁰³ Frase mencionada tanto por Guiomar quanto por Plínio Carneiro, solicitar depoimentos no email da pesquisadora: carleila-matos@hotmail.com.

¹⁰⁴ SILVA, Plínio Carneiro da. Entrevista concedida em 22/10/2010, na sua residência na cidade de Serrinha. Disponível em email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com.

¹⁰⁵ Id. , 2010.

¹⁰⁶ SILVA, Maria Guiomar de Queiroz. Entrevista concedida em 15/03/2011, na sua própria casa em Subaé. Disponível em email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com.

Apesar de Plínio¹⁰⁷ e Maria Guiomar¹⁰⁸ afirmarem em suas entrevistas a ausência da remuneração do inspetor, tais práticas assistencialistas passavam pelas mãos deles, para só depois ser distribuídas para os eleitores. Faziam-se uma lista dos eleitores de confiança, e esses objetos seriam distribuídos obedecendo a essa lista.

Tudo que havia na comunidade que ia acontecer primeiro chamava o chefe político para a reunião, lá dizia o que era pra fazer. Então na semana santa o chefe político era chamado para fazer uma lista, [...] contavam quantas pessoas foi o nome e mandavam os peixes, as caixas de peixe [...] vinha dois quilos de peixe para cada um. Aí a gente tinha que pesar os peixes e entregar a todo mundo da lista.¹⁰⁹

A Sexta Feira Santa, festa religiosa, tornava-se um espetáculo de doações e benevolência; para muitas famílias da época, a única vez do ano em que se alimentavam com o peixe tão desejado.

As práticas clientelistas aconteciam cotidianamente, inclusive Plínio Carneiro revela que: “O assistencialismo sempre existiu, quanto mais pobre mais assistencialismo existe, e para acabar com isso é preciso melhorar o padrão de vida das pessoas¹¹⁰”. Para ele não se investe em melhorias nos diversos âmbitos da sociedade por conta dessa troca de favores já enraizada na política do País. A falta de informação e de entendimento das coisas também esbarra nessa necessidade de recorrer ao político de confiança, que na maioria das vezes ali se encontra para resolver os problemas do seu eleitor de maneira individual.

Sobre o poder municipal Victor Leal verifica:

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o coronel, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras.¹¹¹

Plínio na década de 70 se consagra como uma figura de perfil coronelista na região de Serrinha, até hoje existem resquícios dessa sua prática, pois várias pessoas ainda o

¹⁰⁷ “Era um cargo gratuito”.

¹⁰⁸ Quando interrogada sobre a remuneração do inspetor: “só ganhava inimidade”

¹⁰⁹ SILVA, Maria Guiomar de Queiroz. Entrevista concedida em 15/03/2011, na sua própria casa em Subaé. Disponível em email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com.

¹¹⁰ SILVA, Plínio Carneiro da. Entrevista concedida em 22/10/2010, na sua residência na cidade de Serrinha. Disponível no email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com.

¹¹¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p.42

procuram para pedir favor e ainda o chamam de coronel. Em depoimento dado a este trabalho, quando perguntado sobre esta permanência no tempo, Carneiro fez a seguinte explicação:

Na década de 70 eu fui um coronel. Não aquele coronel que mata que solta , que prende, arrebenta, era o tipo de coronel que resolvia os problemas que me eram trazidos, eu tive esse papel aqui em Serrinha, sempre existiu, são os dramas familiares, eu até dramas familiares resolvia naquela época ¹¹².

A permanência no tempo, destas relações de dependência entre o líder carismático e a população desassistida nos permite perceber o quanto em determinados espaços do cotidiano o ritmo do tempo nem sempre acompanha a mesma velocidade dos espaços mais complexos. Vejamos a leitura que Plínio Carneiro faz do impacto desta permanência histórica em sua vida atual:

[...] eu não quero mais atender ninguém [...] agora... primeiro eu não posso ser grosseiro, e aí depois as ligações bem antigas dos favores. Tem gente que chega aqui com o número 1148, quando eu fui candidato a primeira vez. Eu pago por isso, eu tenho um custo para isso, e é isso que eu tô fazendo, favores individuais. A gente chega ali me pede um dinheiro de uma passagem, eu não dou todo mais dou uma metade. Mas pago e não pago barato não. [...] o custo que eu tive para estar aqui sentado nessa cadeira e me chamar Plínio Carneiro, foi muito alto. Me arrependo? Não, me projetei para isso, projetei os meus parentes, eu inaugurei uma época em Serrinha: A política dos Carneiros. Tragados ou trazidos por mim. ¹¹³

Plínio reclama do peso que o cargo político trouxe para a sua vida, mais que uma responsabilidade, Plínio sente-se agarrado a velhos favoritismos que durante décadas garantiu a hegemonia do seu grupo político na cidade de Serrinha. Tais laços de compadrio não são dissipados de uma hora para a outra, e a sua perpetuação faz parte dessa estrutura de poder montada ao longo da história.

As relações favoritistas renderam a Plínio o domínio da política local; o poder econômico ideológico e político pensado por Bobbio ¹¹⁴ refletem a construção e manutenção de uma ordem monopolizada na figura do coronel. Tal discussão, dá margem para analisarmos a relação de poder também da inspetoria. Inicialmente temos uma figura de representatividade política que se distinguia dos outros cidadãos devido ao seu envolvimento com tais questões.

¹¹² SILVA, Plínio Carneiro da. Entrevista concedida em 22/10/2010, na sua residência na cidade de Serrinha. Disponível no email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com.

¹¹³ Id. , 2010.

¹¹⁴ Vê: BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos. In- política e direito: Rio de Janeiro. Elsevier, 2000. p. 216-265

O seu chefe político lhe concedia o poder de chefe local, resolvendo questões de competência inclusive judicial.

Entendendo a reflexão de Foucault “Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui”¹¹⁵.

Não temos a intenção aqui de comparar o poder do chefe político Plínio e o poder do inspetor Joaquim Avelino, mas compreendemos que há aqui relações de poder, individualizados, forjados intencionalmente ou não, que conferiram a essas figuras certo grau de autonomia para desempenhar suas determinadas funções.

Desta maneira, as formas de poder variam, e podem estar concentradas nas organizações sociais mais simples, e são assim constituídas enquanto “micro poder”, e ou pequenos núcleos singulares que criam alternativas de inserção nos diversos espaços de poder.

Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças.¹¹⁶

Relembrando os feitos de seu pai Guiomar fala dos comícios¹¹⁷ da época:

Era uma festa, bandeiras em cima dos caminhões de gente. Vinha era umas mercedes, a gente subia, todo mundo para cima com bandeiras. Fazia a curva a gente via a hora de morrer, mas quando descia era tudo pulando e gritando atrás dos políticos e eles caminhando lá para o palco e a gente com as bandeiras em baixo.¹¹⁸

Os comícios se configuravam como grandiosas festas. Principal momento de prazer dos eleitores; candidatos eram homenageados, idolatrados como verdadeiros deuses. Para compor o cenário, após os discursos, alguma banda que tivesse no auge do sucesso, tocava para divertir a platéia. Era a verdadeira política do “pão e circo”. Como na Roma antiga cumpria o objetivo de divertir a sociedade esquecendo-se por instantes dos problemas sociais

¹¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 75

¹¹⁶ Id. , p. 14

¹¹⁷ Momento utilizado por determinado grupo político para falar de suas propostas e projetos futuros caso seja eleito.

¹¹⁸ SILVA, Maria Guiomar de Queiroz. Entrevista concedida em 15/03/2011, na sua própria casa em Subaé. Disponível em email da pesquisadora. Carleila-matos@hotmail.com.

Aplausos e gritos ovacionavam a comitiva política, as bandeiras, camisas e bonés com slogan dos candidatos eram “disputados a tapa”¹¹⁹. Muitas vezes esses episódios geravam confusões e brigas que criavam inimizades, dentro de uma mesma família. As paixões políticas ultrapassavam os laços familiares, criando verdadeiros vínculos de compadrio, característica fortemente influenciada pelas oligarquias da região. Em meio a essa profusão de estratégias políticas, Joaquim Avelino e Plínio Carneiro se mantinham firmes nas suas diferentes posições. As trajetórias políticas dessas personagens mostraram-se interdependentes, necessárias à construção e consolidação da família Carneiro na política serrinhense.

¹¹⁹ Evidenciado em: FRANCO, Tasso. *Evolução Política e Social*. In Serrinha: A Colonização Portuguesa numa Cidade do Sertão da Bahia. Salvador: Ojuobá, 2008. p. 220.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

As relações de poder são tecidas nos espaços mais ínfimos da sociedade, e estes estão atrelados à dinâmica social das organizações grupais. Essas estruturas vão sendo tecidas e ganhando corpo no seu universo específico. As formas de poder assim se expressam como organismos vivos pertencentes a suas organizações e ou instituições.

Há assim uma diferença na maneira que esse poder se manifesta, podendo ser ele instituído ou conquistado. O poder instituído pressupõe o desempenho de um poder autônomo, próprio de algum cargo que o sujeito ocupa em determinado segmento da sociedade, lhe conferindo o status de autoridade maior diante de outros indivíduos. O poder conquistado é aquele próprio de uma liderança, buscado através do carisma, e estratégias harmoniosas de convivência, é também um poder natural constituído cotidianamente. Estas duas formas de poder combinadas a uma mesma liderança constituem uma força singular, por isso algumas autoridades são apenas instituídas enquanto outras conquistam verdadeiramente seu círculo de convivência, e assim costumam permanecer nesses espaços por tempo indeterminado.

No caso do inspetor, o que determinava sua permanência no cargo era o momento político, já que era nomeado, sua permanência dependia da estabilidade de quem o nomeava, a inspetoria se encaixa nessas duas modalidades de poder, à medida que enquanto liderança comunitária conquistava a comunidade e posteriormente era empossado ou seja instituído em tal cargo, exercendo o poder que conferia a sua autoridade.

Se tratando das relações de poder Bobbio enfatiza:

Na determinação daquilo que está incluído no âmbito da política não se pode prescindir da individuação das relações de poder que em cada sociedade se estabelece entre indivíduos e entre grupos, entendido o poder como a capacidade que um sujeito tem de influenciar, condicionar, determinar o comportamento de um outro sujeito. A relação entre governantes e governados, na qual se resume a relação política principal, é uma típica relação de poder.¹²⁰

Utilizando o pensamento de Bobbio para entender a estrutura de poder da inspetoria, podemos identificar duas formas de poder. A primeira, o poder que o inspetor exercia entre seus iguais participando cotidianamente das decisões do lugar, a segunda ao mesmo tempo

¹²⁰ BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos. In- política e direito. Rio de Janeiro. Elsevier, 2000. p. 216.

que era visto por estes como alguém superior, era também um subordinado em relação ao político que o nomeou, assim versava entre o papel de “governante e governado”.

Da mesma forma os laços de compadrio, verificados nos depoimentos, instituíram alianças políticas que foram perpetuadas ao longo das gerações. Inclusive alguns dos familiares que colaboraram na reconstrução das histórias de vida de seus pais (inspetores) permanecem, configurando uma estrutura política com bases sólidas, assentadas em favoritismos e laços de compadrio.

Tais alianças além de fortalecer a hegemonia de um único grupo na política serrinhense, criava vínculos de afetividade e familiaridade. Me recordo que para conseguir entrevistar Plínio Carneiro, minhas relações consangüíneas valeram mais que qualquer outra coisa, bastou mencionar a que família pertencia meu parentesco com Joaquim Avelino de Q. Filho. Plínio abre um largo sorriso afirmando “ser gente dele”, momento em que pude perceber a estreita relação entre essas figuras. Plínio denotava apreço e afeição por Joaquim, este muito lhe serviu na execução de sua plataforma de governo. O sujeito que viveu no espaço urbano, dedicando sua vida á manutenção da sua família na política serrinhense, reconhece a contribuição dos sujeitos inspetores, (em especial Joaquim Avelino, talvez por ter ficado mais tempo desempenhando a função de inspetoria) para a consolidação do seu grupo político no poder.

Em algumas situações evidenciadas nos depoimentos foi possível perceber que os inspetores não tinham ideia da sua importância política dentro do seu quartirão, desempenhando sua função apenas por ter sido designado por seu “chefe” às vezes até por “paixão política”, e seria vergonhoso desapontá-lo, já que se via na obrigação de lhe prestar serviço e obediência. Porém, a autonomia naquele espaço lhe conferida fazia dessa figura um representante ímpar da autoridade local, instituindo normas e regras de convivência, resolvendo problemas cotidianos.

À medida que as relações entre campo e cidade se intensificam, tem-se o enfraquecimento da função da inspetoria no município de Serrinha. Segundo informações asseguradas no livro de Juramento de Inspetores encontrado na Delegacia de política de Serrinha, Joaquim de Avelino é o último da comunidade de Subaé a se posicionar neste cargo. Não há uma perpetuação deste cargo na atualidade, embora o chefe político local também conhecido por cabo eleitoral continue, de certa forma, exercendo as funções políticas da inspetoria, porém não conste nos documentos garimpados para a pesquisa, o momento exato da extinção do cargo no município de Serrinha.

Os Trabalhos já citados aqui evidenciando a figura do Inspetor de Quarteirão, mostraram a inspetoria como uma força pouco poderosa e mais barata que se somava ao aparato policial do Brasil Império. Em Serrinha, essa função emerge em tempos de República oligárquica, para monitorar os eleitores que viviam distantes do centro, legitimando o domínio do voto na região.

Estava assim estabelecida a configuração social da inspetoria no município de Serrinha, onde as forças políticas oligárquicas comandavam os vários segmentos da sociedade através da coerção e da atuação de seus partidários nas diversas localidades no município. Desta forma, as relações clientelistas estiveram presentes no cotidiano de construção da ordem política na cidade, incorporando ao passar do tempo outras características favoráveis á manutenção do jogo político local.

A inspetoria numa linguagem contemporânea talvez sobreviva na função do cabo eleitoral. Importante figura que desempenha campanhas eleitorais, com o objetivo de fortalecer seu candidato. Porém, foi possível perceber analisando as narrativas, que para além de interesses materiais o inspetor desempenhava sua função com orgulho, se doava por “paixão política”. Os laços de afetividade estavam colocados nesta relação.

Com base nas discussões propostas, desejamos que a pesquisa cumpra a função de auxiliar e instigar a sociedade a refletir sobre as manobras políticas instituídas nos diferentes espaços de convivência. Objetivando formar cidadãos conscientes e participativos, atuantes nas decisões políticas do seu espaço identitário.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. História dentro da História. In: PINSSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Espaço da Saudade. In: **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009. p 78- 206.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BASTOS, Fabíola Martins. **Relações Sociais Conflitos e Espaços de Sociabilidade: Formas de Convívio no Município de Vitória**. Dissertação (Mestrado em História): Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

BRETAS, Marcos Luiz. **A polícia Carioca no Império**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.12, n. 22, p. 219-234, 1998.

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos. In: **Política e Direito**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 216-265.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CANDIOTTO, Luciano Zantti Pessoa; CORRÊA, Valquiria Kruger. **Ruralidades, Urbanidades e a Tecnicização do Rural no Contexto do debate Cidade e Campo**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.3, n 5, p214-242, fev.2008.

CARVALHO, José Murilo de. A burocracia vocação de todos. In: **A construção da Ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Teatro das sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: Entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: FLAMARION, Ciro; VANINFAS, Ronaldo (orgs) **Domínios da História**. Rio de Janeiro Campinas, 1997. p. 61-89.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, Tasso Paes. **Serrinha: a colonização Portuguesa numa Cidade do Sertão da Bahia**. 2ª ed. Salvador: ojubiabá, 2008

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MARTINS, Eduardo. **Vigiar para Punir: os processos crimes de termos de bem viver**. Dissertação (Mestrado em História): Universidade Estadual Paulista, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MOÁS, Luciane da Costa. **Cidadania e Poder Local**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002.

Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832htm>. Acesso em 16 ago.2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo Local na Vida Política Brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

_____. “O Coronelismo numa interpretação sociológica” In: FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. vol. 8. São Paulo: DIFEL, 1975. p. 172-212.

SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a Liturgia e o Salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)** (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SOUZA, Hamilton Ribeiro. **O Povo e o Poder: a partilha do poder local e o desenvolvimento de Castro Alves - BA**. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional): Universidade do Estado da Bahia, campus V, Santo Antonio de Jesus, 2008.

VELLASCO, Ivan de Andrade. Policiais pedestres e inspetores de quarteirão: algumas questões sobre as vicissitudes do policiamento na província de Minas Gerais (1831-50) In: CARVALHO, José Murilo de. (org.) **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. São Paulo: civilização brasileira, 2007. p.237-265.

FONTES

1. FONTES ESCRITAS

- Livro de Juramento de Inspetores de Quarteirão/ Delegacia de polícia de Serrinha BA.
- Título de Inspetor de Quarteirão/Expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

2. FONTES IMPRESSAS

- Fotografia do Bumba-meu-boi no povoado Subaé.
- Fotografia de Vital Gomes- portanto o facão de cruzeta.
- Fotografia do facão de Cruzeta.
- Fotografia de Plínio Carneiro.

3. FONTES ORAIS.

- Entrevista com Sr. Plínio Carneiro da Silva em 22 de outubro de 2010, na sua residência Serrinha- BA
- Entrevista com a Sr^a Maria Guiomar Queiroz Silva- filha do inspetor Joaquim Avelino em 05 de Março de 2011 na sua residência.
- Entrevista com o Sr. José Roque Firmo - filho do inspetor João Moreira, em 19 de março de 2011.
- Entrevista com o Sr. Antonio Francisco Santiago, em 27 de Março de 2011
- Depoimentos do Sr. Rafael Moreira e Sr. José Alves Santiago
- Versos cantados por: Sr José Alves Santiago repentista do povoado Subaé.

ANEXOS

FOTO-1 Bumba meu boi



Fonte: Arquivo da família Queiroz, ao fundo o inspetor de quarteirão Joaquim Avelino de chapéu promove um bumba meu boi na comunidade de Subaé, década de 60.

FOTO- 2 Vital Gomes portando o facão de cruzeta.



Fonte: fotografia cedida por S^a Flora, filha de Vital¹²¹

FOTO-3 Facão de cruzeta



Fonte: Esse objeto pertencia ao Sr João Moreira Inspetor da Fazenda Subaé- na década de 60. Está guardado na casa de um dos seus filhos Sr José Roque Firmo. Foto da pesquisadora em 20-09-10

FOTO- 4 Plínio Carneiro da Silva



Fonte: arquivo da pesquisadora em 22/10/2010

¹²¹ Segundo a senhora Flora filha do referido inspetor, além de ocupar tal cargo Vital Gomes era caixeiro viajante, e o seu facão de cruzeta o simbolizava como homem de coragem e respeitado nas localidades que atuava, Ladeira, Bom Gosto e Candeia. Povoados vizinhos de Subaé.

DOCUMENTO- 1 Título de Inspetor de Quarteirão¹²²

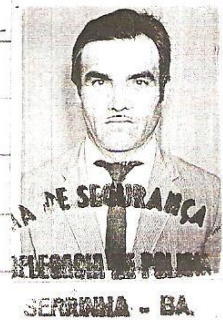
Fonte: documento cedido por Antônio Francisco.

¹²² Era a carteira de identificação do Inspetor de Quarteirão. Documento cedido por Antonio Francisco Santiago, vê capítulo II.

DOCUMENTO-2 Juramento do Inspetor Antônio Francisco Santiago

Juramento

Aos treze dias do mês de dezembro de
 mil novecentos e sessenta e nove, na cidade
 de Serrinha e na Delegacia de Polícia, onde se
 achava presente o Senhor Antonio Carneiro da
 Silva, Delegado de Polícia deste Município, co-
 migo escrivão do seu cargo ao final assina-
 do, compareceu o cidadão Antonio Francisco
 Santiago, para prestar o devido compromisso,
 por ter sido nomeado Inspetor de Quarteirão
 do lugar denominado Fazenda Subaé, ao
 qual, pela referida autoridade, foi deferi-
 do o compromisso, que aceitou, de bem e fi-
 elmente, sem dolo nem malícia, desempenhar
 o cargo que ora ocupa. É nada mais ha-
 vendo, foi encerrado o presente termo que
 lido e achado conforme, vai assinado
 pela autoridade, nomeado e por mim,
 Luiz Inezbio do Santos, escrivão, que
 o escrevi. Antonio Carneiro da Silva
 Antonio Francisco Santiago
 Luiz Inezbio do Santos




DOCUMENTO- 3 Juramentos do Inspetor João Moreira Firmo.

Juramento

Aos sete dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e seis, na cidade de Serrinha e na Delegacia de Polícia, onde se achava presente o Senhor 2.º Tenente Raymundo Barreto, 1.º suplente de Delegado de Polícia deste Município, em exercício, como 3.º escrivão do seu cargo no final assinado, compareceu o cidadão João Moreira Firmo, para prestar o devido compromisso, por ter sido nomeado Inspetor de Quarteirão do lugar denominado Fazenda Subaé, neste Município, ao qual, pela referida autoridade, foi deferido o compromisso, que aceitou, de bem e fielmente, sem dolo nem malícia, desempenhar o cargo que ora ocupa. E nada mais havendo, foi encerrado o presente termo que, lido e achado conforme, vai assinado pela autoridade, nomeado e por mim, escrivão, que o escrevi.

João Moreira Firmo
Scriba José dos Santos



Certidão

Certifico e dou fé que o Sr. João Moreira Firmo foi intimado a entregar seu título de Inspetor, pela autoridade policial (Sr. Artur Carneiro de Silva), por motivos políticos. Em 30/12/1969. Solício Freitas, o Escrivão.

SECRET

POLICIA SERRINHA - BA.


POLICIA

DOCUMENTO-4 Juramento do Inspetor Joaquim Avelino Queiroz Filho.

Juramento

Hoje quatorze dias do mês de março de mil novecentos e setenta, na Cidade de Serrinha e na Delegacia de Polícia, onde se achava presente o Senhor Antonio Carneiro da Silva, Delegado de Polícia deste Município, em exercício do seu cargo, ao final assinado, compareceu o cidadão Joaquim Avelino de Queiroz Filho, para prestar o devido compromisso, por ter sido nomeado Inspetor de Quarteirão do lugar denominado Fazenda Sabá, neste município, ao qual pela referida autoridade, foi deferido o compromisso, que aceita, de boa e fielmente, sem dolo nem má-fé, desempenhar o cargo que ora ocupa. E nada mais havendo, foi encerrado o presente termo que lido e achado conferem, foi assinado pela autoridade, nomeado e por mim, Leicio Ruzibis dos Santos, escrevão, que escrevi.

Antonio Carneiro da Silva
 Joaquim Avelino Queiroz Filho
 Leicio Ruzibis dos Santos



SECRETARIA DE POLÍCIA
SERRINHA - BA

